



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

LEONARDO ANTONIO SILVANO FERREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO E  
FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: UM  
ESTUDO PRELIMINAR A PARTIR DO APL DE TI NO  
MUNICÍPIO DE LONDRINA**

---

Londrina

2012

LEONARDO ANTONIO SILVANO FERREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO E  
FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: UM  
ESTUDO PRELIMINAR A PARTIR DO APL DE TI NO  
MUNICÍPIO DE LONDRINA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
Apresentado ao Departamento de Ciências  
Sociais da Universidade Estadual de  
Londrina.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Wolff.

Londrina  
2012

LEONARDO ANTONIO SILVANO FERREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO E  
FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
Apresentado ao Departamento de Ciências  
Sociais da Universidade Estadual de  
Londrina.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Orientadora: Dra. Simone Wolff  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof. Dr. Ronaldo Baltar  
Universidade Estadual de Londrina

---

Profa. Dra. Ângela Maria de Sousa Lima  
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha orientadora, Profa. Dra. Simone Wolff pelos ensinamentos, pelas reflexões proporcionadas, por seus comentários e por sua amizade.

Ao Prof. Dr. Ronaldo Baltar pelos ensinamentos, pela ajuda em relação ao levantamento de dados quantitativos, e por sua amizade.

À Universidade Estadual de Londrina (UEL), ao departamento de Ciências Sociais e todos os professores do Curso de Ciências Sociais, que eu pude conhecer ao longo da graduação, em aulas, projetos e eventos.

Aos meus amigos e aos colegas da turma da graduação, que em vários momentos, proporcionaram companhia, alegria e ensinamentos.

A minha companheira e a minha família que, desde sempre, me apoiaram e incentivaram na finalização deste trabalho.

FERREIRA, Leonardo Antonio Silvano. **Políticas públicas de desenvolvimento e flexibilização do mercado de trabalho**: um estudo preliminar a partir do APL de TI no município de Londrina. 2012. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina. 2012.

## RESUMO

O estudo pretende fazer uma análise sobre as atuais relações e condições no mercado de trabalho do município de Londrina, tomando como objeto o Arranjo Produtivo Local do setor de Tecnologia da Informação no município de Londrina. Os (APL's) são uma política pública de cunho regional e/ou municipal que, em parceria com instituições e empresas privadas, visam a facultar o estabelecimento e consolidação de pequenas e médias empresas, como protagonistas em localidades tidas como vocacionadas para o desenvolvimento de um setor específico da economia. Nesse cenário, surgem novas formas de contratos caracterizados pela flexibilização trabalhista, que enseja a precarização das condições do trabalho. O objetivo é avaliar os impactos que ocorrem nas relações de trabalho na cadeia produtiva do setor de TI sob o manto dessas políticas públicas de desenvolvimento local no município de Londrina.

**Palavras-chave:** Políticas públicas de desenvolvimento. Flexibilização do mercado de trabalho. Setor de TI.

FERREIRA, Leonardo Antonio Silvano. **Public policy development and flexibilization of labor market**: a preliminary study from APL's TI of Londrina. 2012. Monograph (Graduation in Social Sciences) – University of Londrina. 2012.

### **ABSTRACT**

The study intends to make analysis on the current relations and labour market conditions in the city of Londrina, taking as object the APL's TI of Londrina. The APL's are public policy of a regional and / or municipal, in pathership with institutions and private companies, aiming to provide the establishment and consolidation of small and medium enterprises, as protagonists in places seen as aimed at the development of a specific sector of the economy. In this scenario, new forms of contracts characterized by labor flexibility, which entails the precariousness of working conditions. The objective is to evaluate the impacts that occur in labor relations in the productive chain of the TI sector under the cloak of these policies for local development in the city of Londrina.

**Keywords:** Public policy development. Flexibility of the labor market. TI setor.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Informações sobre o vínculo empregatício no município de Londrina, por setor de atividade econômica.....	17
Gráfico 2: Informações sobre o vínculo empregatício do trabalhador do setor de informática do município de Londrina.....	58
Gráfico 3: Informações sobre o rendimento salarial do trabalhador do setor de informática do município de Londrina, inserido na atividade econômica “processamento de dados” .....	59
Gráfico 4: Informações sobre o rendimento salarial do trabalhador do setor de informática do município de Londrina, inserido na atividade econômica “outras atividades de informática não especificadas anteriormente” .....	61
Gráfico 5: Informações sobre o rendimento salarial do trabalhador do setor de informática do município de Londrina, inserido na atividade econômica “consultoria em software” .....	62
Gráfico 6: Informações sobre a escolaridade do trabalhador do setor de informática do município de Londrina, por setor de atividade econômica.....	64
Gráfico 7: Informações sobre a quantidade de horas de trabalho semanais, por peso em (%) dos trabalhadores do setor de informática no município de Londrina.....	66
Gráfico 8: Informações sobre a rotatividade dos trabalhadores do setor de informática no município de Londrina.....	68
Gráfico 9: Informações sobre os estabelecimentos do grupo “atividades dos serviços de tecnologia da informação” do setor de informática no município de Londrina.....	69
Gráfico 10: Informações sobre os estabelecimentos do grupo “tratamento de dados, hospedagem da internet e outras atividades relacionadas” do setor de informática no município de Londrina.....	71
Gráfico 11: Informações sobre os estabelecimentos do grupo “outras atividades de prestação de serviços de informação” do setor de informática no município de Londrina.....	72

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Informações sobre vínculos empregatícios dos estabelecimentos do setor de informática do município de Londrina. Média por peso em (%) de vínculos ativos dos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009.....	32
Tabela 2: Informações sobre quantidade de horas de trabalho semanais, por peso em (%) dos trabalhadores do setor de informática no município de Londrina.....	33
Tabela 3: Informações sobre a faixa etária dos trabalhadores do setor de informática do município de Londrina, por setor de atividade econômica.....	63
Tabela 4: Informações sobre a rotatividade, por peso em (%) dos trabalhadores do setor de informática no município de Londrina.....	67



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 – A CIDADE DE LONDRINA E A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL</b> .....	15
1.1 – A mudança do paradigma fordista de mercado de trabalho para o mercado flexível de trabalho.....	18
1.2 – Os processos produtivos globais e a industrialização dos serviços.....	22
1.3 – Em busca do desenvolvimento perdido: Londrina Tecnópolis.....	30
<b>2 – AS MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS E OPERACIONAIS: OS EFEITOS SOBRE O TRABALHADOR NO ATUAL CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA</b> .....	39
2.1 – Globalização capitalista e (re)configuração organizacional.....	40
2.2 – Informatização do processo de produção e precarização do trabalho.....	44
<b>3 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO E O RETRATO PRELIMINAR DO MERCADO DE TRABALHO DO SETOR DE TI DE LONDRINA</b> .....	51
3.1 – As políticas públicas municipais e o incentivo ao microempreendedorismo.....	52
3.2 – Um retrato preliminar a partir dos dados sobre o setor de TI: as empresas e os trabalhadores.....	57
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	74
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	77

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os debates sobre o desenvolvimento local têm sido bastante relevantes no âmbito das discussões sobre um novo projeto de desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento local, como define Amaro (2009:108) “teve sua afirmação científica a partir dos finais dos anos 1970 e o seu reconhecimento político-institucional a partir dos anos 1990, sendo estes dois critérios mais importantes para aferir a sua validação e utilidade na sociedade contemporânea (dos últimos 30 anos)”. Outras características que permitem definir os atributos de desenvolvimento local<sup>1</sup> trazem consigo as mudanças conjunturais. Em relação ao trabalho, observa-se uma lógica de articulação entre a concepção de desenvolvimento local e a ideia de microempreendedorismo. O discurso do microempreendedorismo tem sido apresentado como a grande saída para a questão do desemprego e precarização do trabalho que vieram no bojo da implementação das políticas neoliberais no país.

Podemos mencionar aqui como exemplo, o Projeto de Desenvolvimento das Cidades do Paraná da iniciativa FIEP. Neste projeto de amplitude estadual, a FIEP, por meio do SESI, inaugurou dois subprojetos de natureza política e social, ou seja, foi criado na cidade de Londrina a Rede de Desenvolvimento Local (RDL) e a Rede de Participação Política (RPP). E, ainda, a recente divulgação nos meios de comunicação de massa pela Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL), defendendo a flexibilidade do mercado de trabalho na cidade como estratégia o desenvolvimento econômico da cidade.

---

<sup>1</sup> Os atributos do desenvolvimento local definidos por Amaro (2009, p. 111) são: “a) um processo de mudança, levando à melhoria do bem-estar e das condições de vida da população; b) centrado uma comunidade territorial de pequena dimensão, definida pela existência (real ou potencial) de uma identidade comum, capaz de mobilizar solidariedades de ação (coletiva) e com pretensões a uma autonomia de afirmação do seu destino; c) que tem como uma das motivações fundamentais a resposta a necessidades básicas da comunidade que estão por satisfazer; d) a partir essencialmente da mobilização das capacidades locais; e) e o que implica a adoção de metodologias participativas e de “*empowerment*” da comunidade local (do ponto de vista individual e coletivo); f) contando também com a contribuição de recursos exógenos, capazes de mobilizar e fertilizar os recursos endógenos (e não de os substituir ou inibir); g) numa perspectiva integrada, na abordagem dos problemas e das respostas; h) o que exige uma lógica de trabalho em parceria, ou seja, de articulação de vários atores, protagonistas e instituições locais ou a trabalhar no local; i) com impacto tendencial em toda a comunidade; j) e segundo uma grande diversidade de processos, dinâmicas e resultados.”

Porém, faz-se importante alertar sobre os impactos ocasionados nas relações e condições do mercado de trabalho, a partir do aumento de micro-empresendedores na cadeia produtiva.

Dado o cenário de mudanças advindo da reestruturação produtiva, é possível tecer algumas questões: quais são os interesses políticos e econômicos em organizar a produção na forma de desenvolvimento local? Como as micros e pequenas empresas participam do desenvolvimento local? Por que há uma campanha tão intensa de incentivar o ingresso de micro-empresendedores na cadeia produtiva? Quais são as políticas públicas vinculadas à noção de desenvolvimento local?

Nota-se que em meio ao processo de transnacionalização do capital, sobretudo nas economias periféricas, a atividade destes novos micro-empresendedores, muitas vezes, se limita a processos de trabalho antes integrados em uma mesma empresa. Aventamos a hipótese de que o aumento dos pequenos e micro empresários inseridos numa cadeia produtiva, favorece o grande capital por facultar processos de flexibilização e precarização do trabalho, representados pelo trabalho temporário e/ou informal, bem como pelo aumento de pessoas jurídicas, ou seja, que prestam serviços a uma empresa como autônomos. Na medida em que estas empresas mantêm uma relação de trabalho mais flexível, tornam o vínculo empregatício mais vulnerável uma vez que se verifica um aumento da subcontratação e da informalidade no mercado de trabalho, caracterizadas por perdas de direitos trabalhistas. Há também a hipótese de que ocorre uma constante intensificação das atividades formais dessas empresas por meio de diversas atualizações de programas e introdução de novos *softwares* no trabalho, que, pensada juntamente com a grande rotatividade verificada no mercado de trabalho, podem ser caracterizadas como variáveis de precarização do trabalho.

Deste modo, o discurso do micro-empresendedorismo, na realidade, pode se caracterizar como uma nova condição proletária.

Tal hipótese será trabalhada através da análise de uma das políticas públicas inspiradas no modelo de desenvolvimento local e de incentivo ao micro-empresendedorismo, a saber, os chamados Arranjos Produtivos Locais – APL's. O objetivo é observar seus impactos no mercado de trabalho, bem como analisar as

condições e relações de trabalho existentes a partir de sua formação. Para tanto, tomou-se como objeto o APL de Tecnologia de Informação – TI de Londrina e região, dando ênfase aos seguintes eixos temáticos: flexibilização do mercado de trabalho (numérica, funcional e de jurisprudência), e incentivo dado às políticas públicas de desenvolvimento pela administração municipal. Particularmente, buscamos compreender, como ocorre a reestruturação das cadeias produtivas a partir de um novo arranjo, na forma de APL. É nesse contexto que se assiste a inserção de um modelo de desenvolvimento econômico, trazido pelo discurso oficial, com ênfase na flexibilidade do trabalhador. Este trabalhador flexível, muitas vezes, é travestido como “micro-empresário”, ou seja, como empresário de si mesmo. Ademais, analisaremos preliminarmente, como essas mudanças se operam no planejamento da cidade.

O termo “Arranjo Produtivo Local” (APL), refere-se a um aglomerado de empresas de uma atividade econômica específica, cujo objetivo é conseguir recursos públicos e/ou privados e benefícios para as empresas associadas, cf. Dall’Acqua, 2003. Segundo a definição do SEBRAE, o APL se apresenta, como “uma aglomeração de empresas que possuem a mesma especialização produtiva e se localizam em um mesmo espaço geográfico”<sup>2</sup>. As micro e pequenas empresas que compõem o APL exercem um importante papel na nova ordem econômica, pois realizam os processos de trabalho relativos aos elos-fim das cadeias produtivas das grandes transnacionais, sem caracterizar vínculo empregatício. No caso do setor de Tecnologias de Informação (TI), estas atividades normalmente se referem aos *softwares*.

Os Arranjos Produtivos Locais – APL’s se incluem dentro do modelo de desenvolvimento local que está sendo proposto pelo Estado (no âmbito municipal, estadual e federal) em articulação com as classes empresariais, tendo em vista uma melhor articulação entre membros de determinado setor econômico, (neste caso, analisamos o setor de tecnologia da informação), com vistas a tornar o local uma potencialidade. Deste modo, entendemos que os APL’s se inserem dentro da lógica

---

<sup>2</sup> Esta é a definição de APL, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Disponível em: <http://www.mundosebrae.com.br/2009/09/o-que-e-um-apl/>. Acessado em maio de 2012.

do capitalismo contemporâneo, na perspectiva do desenvolvimento local, em que se exige maior flexibilidade do trabalhador.

Os procedimentos da pesquisa foram feitos a partir de levantamento e análise de dados, por meio de fontes secundárias e sites de internet. As fontes utilizadas foram: o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir do Relatório anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados contemplarão a região de Londrina. Também foi realizada pesquisa documental, em que foram examinados alguns documentos oficiais, legislação e políticas públicas de desenvolvimento, bem como algumas ações concretas da sociedade civil organizada, relativas ao município de Londrina.

No capítulo 1, será feita uma análise do contexto histórico de Londrina, suas principais atividades econômicas, e a passagem da economia baseada na cafeicultura para uma “cidade de serviços”. Em meio ao cenário de globalização econômica e de reestruturação produtiva, que levou a mudanças organizacionais no processo de trabalho, buscamos compreender como isso ocorreu na cidade de Londrina, a partir do setor de tecnologia da informação. No âmbito das mudanças organizacionais na relação capital e trabalho, percebemos que são “velhas” novas formas de exploração sobre o trabalhador, sobretudo presentes em políticas públicas elaboradas pelos empresários deste setor econômico em parceria com o Estado, no âmbito municipal.

No capítulo 2, faremos uma análise conjuntural das últimas décadas, tendo como parâmetro a reestruturação produtiva e as mudanças organizacionais refletidas no mercado de trabalho do setor de TI. Esta análise será feita por meio de um diálogo com os autores, acerca das presentes características da divisão internacional do trabalho relacionadas ao contexto de globalização econômica, e decorrente da informatização da produção. Faremos uma leitura do atual contexto e problematizaremos as políticas públicas à luz das consequências auferidas para os trabalhadores. Analisaremos essas mudanças observadas em tela e como esta se relaciona diretamente ao trabalhador, ou seja, discutiremos as novas formas de trabalho observadas no mercado de trabalho.

Por fim, no capítulo 3, faremos uma abordagem analítica (qualitativa e quantitativa) referente ao mercado de trabalho do setor de TI do município de Londrina. Primeiramente, faremos um levantamento e uma análise prévia de algumas políticas públicas de desenvolvimento do município de Londrina. Em seguida, será feita uma análise preliminar dos dados coletados sobre os trabalhadores e as empresas inseridos no segmento de TI de Londrina. Essas informações são importantes na tentativa de compreendermos, de forma preliminar, a flexibilização das relações trabalhistas e as formas de precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo.

## 1 – A CIDADE DE LONDRINA E A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

O objetivo deste capítulo é analisar as relações de trabalho inseridas no interior do APL de TI do município de Londrina, e demonstrar algumas características no que se refere aos seus processos e relações de trabalho, especificamente dos segmentos de *software*, eletrônica, e telecomunicações. De certa forma, estes segmentos se articulam com indústrias e empresas de diversos setores, na oferta de serviços e produtos em tecnologia para a otimização da produtividade, por meio de programas, produtos e/ou *softwares* de atualização e também de melhoria no âmbito gerencial de um modo geral.

A história econômica da cidade de Londrina inicia-se a partir da década de 1930, quando começaram a chegar os primeiros compradores de lotes de terra na região por meio da Companhia de Terras Norte do Paraná. Durante este período até o final da década de 1970, a economia da cidade baseava-se fundamentalmente na agricultura, sendo o café a principal delas. Durante as décadas de 1950 e 1960, Londrina se destacou no cenário nacional e mundial devido à economia do café, produzindo e exportando café para todo o mundo.

Desde a crise da cafeicultura, iniciada por meio de uma geada que afetou a região norte do Paraná, no ano de 1975, as elites empresariais e o governo local vêm buscando encontrar novas alternativas para o desenvolvimento, apostando numa nova “vocaçãõ” econômica para a cidade. O cenário do final da década de 1970 e início da década de 1980, já demonstrava que a agricultura não era mais a principal economia da cidade, e que, somado a isso, o setor industriário da região não era e nunca foi um dos pontos “fortes” da região. A cidade de Londrina já contava com uma nascente urbanização envolta de poucas atividades industriais e comerciais.

Ao comparar as diferentes etapas da industrialização entre micro regiões geográficas do Paraná, Braguetto e Cunha (2005) constataram que ocorre um processo desigual de desenvolvimento da industrialização na relação cidade e campo, ou seja, há uma prevalência na industrialização de centros urbanos na distribuição territorial. Segundo os autores, é desproporcional o investimento do

governo estadual nas indústrias em cidades como Londrina e Curitiba, ou seja, é absolutamente maior o investimento feito para as indústrias de Curitiba (por ser a capital do Estado e perceber mais recursos) do que para as indústrias em Londrina.

[...] Este desenvolvimento desigual entre os diversos ramos e seus setores econômicos, em função dos aspectos técnicos e/ou econômicos e políticos, têm uma implicação territorial, pois tais ramos e setores distribuem-se de forma desigual sobre o espaço, implicando conseqüentemente num desenvolvimento desigual entre cidade-campo, interregional e internacional. (BRAGUETTO; CUNHA, 2005, p. 34).

Há, portanto, um desenvolvimento desigual percebido entre as regiões, observado como os investimentos para a cidade (Curitiba) e para o campo (Londrina). Nesse contexto, a economia baseada no setor de serviços, se tornou responsável por ser a principal atividade econômica de Londrina. Segundo o censo demográfico de 2010<sup>3</sup>, o último levantamento do PIB total de Londrina é de 6.623.545 mil reais. Deste total, o setor agropecuário corresponde a (2,01%), a indústria a (20,44%), e o setor de serviços a (77,55%) do PIB da cidade. Há, portanto, uma relevância significativa do setor de serviços na economia que se reverbera na geração de empregos e serviços. Ainda de acordo com os dados do último censo demográfico, a população do município de Londrina é de 506.701<sup>4</sup> habitantes. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), em Londrina, a população economicamente ativa corresponde a 231.145, e a população ocupada, a 200.869 pessoas. Os empregos formais na cidade de Londrina totalizam 156.875 trabalhadores, de acordo com os dados do Relatório anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE).

As informações sobre o vínculo empregatício dos trabalhadores de Londrina por setor de atividade econômica demonstram que há uma predominância das pessoas empregadas<sup>5</sup> no setor de serviços da cidade, como podemos observar no gráfico abaixo.

---

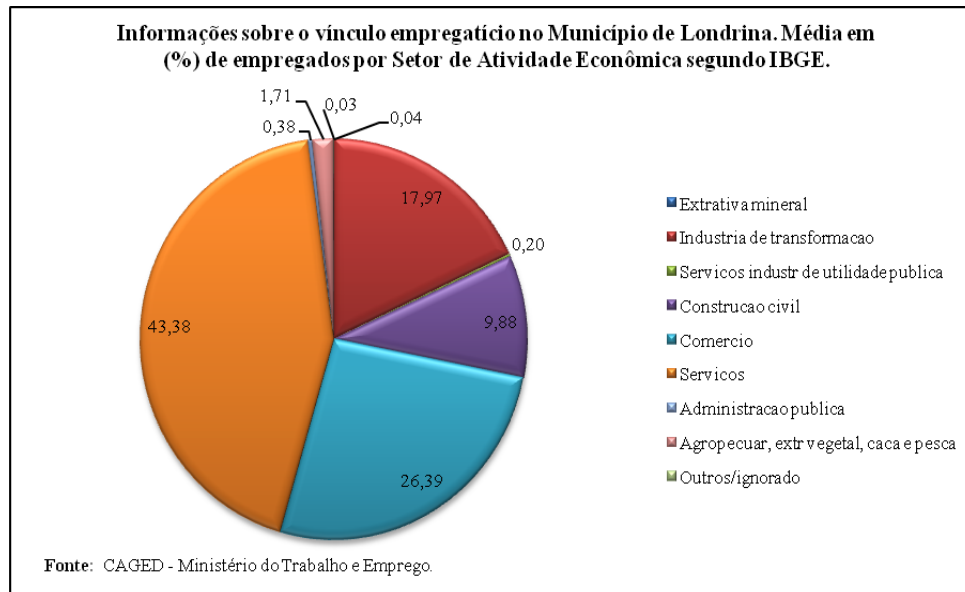
<sup>3</sup> Dados observados no censo demográfico do IBGE de 2010.

<sup>4</sup> Dados extraídos da sinopse do censo demográfico do IBGE, na variável de população residente, por situação do domicílio e sexo. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P>>. Acesso em maio/2011.

<sup>5</sup> Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregos do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MTE) correspondem a distribuição do pessoal empregado da seguinte maneira: serviços (43,38%); comércio (26,39%); indústria de transformação (17,97); construção civil (9,88%);



Gráfico 1: Informações sobre o vínculo empregatício no município de Londrina, por setor de atividade econômica.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. (2011).

Há também uma expressividade no número de estabelecimentos ativos, que corresponde a 16.822, segundo os dados do Relatório anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE) de 2010. Estão distribuídos por setor da atividade econômica da seguinte forma: comércio (40,39%); serviços (38,32%); indústria (10,47%); construção civil (6,44%); e agropecuária (4,38%). Londrina também se caracteriza por ser uma cidade universitária, dentre estas, são públicas a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), e o Instituto Federal do Paraná (IFPR).

Em meio à predominância do setor de serviços no PIB da cidade, observam-se as influências que ocorrem no mercado de trabalho, uma vez que é o setor que mais emprega na cidade. Com o intuito de engajar os trabalhadores nas empresas de serviços, o projeto Tecnópolis foi implementado em Londrina com vistas ao desenvolvimento de uma infra-estrutura tecnológica capaz de fornecer força de trabalho compatível a estas mudanças. Nessas circunstâncias, assiste-se a criação do Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação, APL de TI, um dos tentáculos do Projeto Tecnópolis.

---

agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (1,71); administração pública (0,38%); soma de extrativa mineral, serviços industriais de utilidade pública e outros (0,27%).

Tal cenário tem demonstrado que o desenvolvimento econômico observado na cidade de Londrina se faz, sobretudo a partir da industrialização do setor de serviços e, conseqüentemente, maior empregabilidade no referido segmento. Este é a definição que tem caracterizado Londrina, como uma cidade de serviços. Nesse sentido, podemos observar que a cidade tem sido palco propício, para se colocar em prática, a organicidade da produção pautada na flexibilização do mercado de trabalho.

### **1.1 – A mudança do paradigma fordista de mercado de trabalho para o mercado flexível de trabalho**

De acordo com Krein (2007, p. 107), a flexibilização do mercado de trabalho guarda relação direta com a flexibilização da legislação trabalhista, por ele caracterizada a partir das seguintes formas de contratos de trabalho:

[...] terceirização, sub-contratação, pessoa jurídica (PJ), cooperativa, sócio, parceria, consórcio de empregados, autônomo, contratação por prazo determinado, estágio, contrato parcial, contrato de experiência, contrato por obra certa, contrato de safra, empreitada, contrato temporário, moto-boy, caminhoneiro autônomo, integrado, trabalhador avulso, trabalho em domicílio, tele-trabalho, consultoria, façomismo, free lance. (KREIN, 2007, p. 107).

A substituição do paradigma fordista de mercado de trabalho pelo paradigma flexível favorece a desregulamentação do mercado de trabalho que visa diminuir os gastos trabalhistas. O objetivo do modelo fordista de organização da produção era obter um maior controle da produção por meio da racionalização dos tempos e movimentos de cada atividade inserida no processo produtivo, de modo a padronizá-los em um modelo único de produtividade. A adoção de tal modelo na indústria automobilística de Ford, na década de 1920, inaugurou o que veio a ser conhecido por linha de montagem. Otimizado pela introdução da esteira rolante por todo o processo produtivo, esse mecanismo suprimiu o tempo anteriormente necessário para o transporte de peças a cada posto de trabalho. Agora não era mais o trabalhador que ia até as peças, mas estas vinham até o trabalhador de acordo com o ritmo da esteira rolante. A racionalização e conseqüente produtividade alcançada com a aliança entre os princípios tayloristas e a linha de montagem veio a se tornar

referência, e se generalizou, para praticamente todos os ramos de produção, inclusive o de serviços.

As racionalizações propiciadas pelo maquinismo e o taylorismo-fordismo no processo de produção também tiveram como escopo e efetivamente viabilizaram o enxugamento de postos de trabalho, uma vez que permitiram simplificar e intensificar os processos de trabalho e, assim, o acúmulo de operações em um número reduzido de trabalhadores.

Contudo, o excesso de investimento em capital fixo (bens de capital) e as resistências sistemáticas dos trabalhadores a uma organização do trabalho cada vez mais acelerada e despótica, levaram uma profunda crise econômica e social. A primeira, gerada tanto por um problema de superprodução como de sobreacumulação, conforme Harvey (2005), e a segunda, manifesta dentro e fora das fábricas, incentivada pelas proteções sociais decorrentes do Estado-previdência e o conseqüente fortalecimento da capacidade de negociação dos sindicatos. Vale lembrar que estes dois últimos aspectos derivaram do próprio modelo de produção fordista que, ao conformar uma produção em massa, exigiu a mediação do Estado na criação de instituições reguladoras e protecionistas do mercado nacional que pudessem fomentar o consumo de massa e, por suposto, uma situação de quase pleno emprego que acabou por conferir grande poder de barganha às organizações sindicais da época, conforme Bihl (1998).

Essas crises se acirraram, sobretudo, quando as economias europeias se reestruturaram dos danos da Segunda Grande Guerra; recuperação esta, aliás, impulsionada, entre outros fatores, pela assimilação do modelo de Estado-previdência nestes países. Diante da proteção dos mercados europeus nos moldes dessa política-econômica, a competitividade internacional volta a se exacerbar, por conseguinte, a crise se generaliza por todo o mundo ocidental, atingindo o seu ápice com a crise do petróleo de 1973, conforme Harvey, (2008; 1992).

Em resposta às reivindicações por melhores condições de trabalho do movimento operário, começava-se a se ensaiar um novo modelo de organização com vistas a equacionar algumas vulnerabilidades do fordismo, tanto no que concerne ao seu aspecto organizacional como político e econômico. Com relação ao primeiro aspecto, a resposta veio pela disseminação do chamado toyotismo, um

método de organização da produção originado no Japão do pós-guerra, cujo princípio prevê uma maior flexibilidade nos processos produtivos e de trabalho por meio do enxugamento das hierarquias e da polivalência operária, face à rigidez das funções e o excesso de hierarquias ensejadas pela organização fordista tornando-a bastante onerosa em termos de custo com pessoal. Nesse sentido, mais um diferencial do toyotismo é uma organização baseada no trabalho em equipe, que veio a substituir muitas funções de supervisão e gerência, ou seja, os postos de trabalho mais caros, pelo controle dos próprios trabalhadores sobre si mesmos, conforme Linhart (2007).

Outro ponto fundamental de distinção entre esses dois modelos diz respeito à inversão da lógica da produção em massa promovida pelo fordismo. Se neste o consumo vinha a reboque da produção, visto que se encontrava sob um modelo de economia cujo mercado consumidor era calcado no trabalho estável sendo possível, por isso, fazer projeções de longo prazo e grandes estoques; no toyotismo, a produção é puxada pela demanda e o estoque pelo fluxo de informações oriundas diretamente do mercado. A flexibilidade da produção e as flutuações da produção acarretam, por sua vez, a flexibilização da organização e, pois, um trabalhador com uma qualificação mais generalista de forma a se tornar apto às variações da demanda e às constantes inovações no processo produtivo resultantes deste atrelamento.

Entretanto, longe de fazer frente à intensificação do trabalho gerada pelo taylorismo-fordismo, a polivalência requerida neste novo modelo de produção<sup>6</sup> intensifica o trabalho em novas bases. Com isto, torna-se viável fazer mais cortes de força de trabalho e reduzir custos de produção. Ademais, diferentemente da produção verticalizada gerada pelo fordismo, a proposta de empresa enxuta igualmente se assenta na estratégia de se centrar apenas naquilo que é o foco da produção, mediante a terceirização de suas atividades-fim, promovendo, assim, uma fragmentação e pulverização de suas cadeias produtivas.

---

<sup>6</sup> De acordo com Gounet (1999): “[...] Na Toyota, seu símbolo é a passagem da relação um homem / uma máquina para um homem / cinco máquinas. Para os operários, há uma sobrecarga de trabalho que só pode aumentar com o tempo, como prevê o gerenciamento *by stress*. A possibilidade de ócio, temor supremo de Frederik Taylor, criador do taylorismo, é limitada ao máximo. Por fim, há a polivalência, que de um lado aumenta as aptidões e, portanto as responsabilidades do trabalhador, mas de outro não o remunera proporcionalmente e obriga-o a correr para todo lado ajudando seus colegas às voltas com diversas funções.” (1999, p. 48).

A possibilidade de produzir com demanda garantida, em menor tempo e com menos pessoal e, ainda, sob uma organização menos hierárquica e, logo, destituída dos cargos que tem salários relativamente maiores, apresentou-se extremamente conveniente diante do quadro de crise generalizada que assolava o capitalismo no final dos anos 1970. É assim que o toyotismo, tal como o fordismo no período precedente, começa a se espalhar mundo afora em todos os ramos da produção.

No que se refere à sua dimensão política-econômica, a resposta à referida crise veio na década seguinte, com a difusão de um novo paradigma econômico inspirado no neoliberalismo, proposta de desenvolvimento que se fundamenta no princípio da liberdade de mercado. O paradigma neoliberal se tornou hegemônico no cenário mundial a partir da década de 1980, quando os EUA e Inglaterra protagonizaram a abertura comercial nos seus países e arregimentaram um consenso intercontinental em torno deste modelo econômico. Na década de 1990, a grande maioria dos países passou a seguir tal modelo. Este quadro gerou a intensificação das relações econômicas internacionais, tornando o mercado de trabalho cada vez mais moeda de competitividade entre os países.

A liberalização do comércio exterior foi acompanhada por um processo de privatizações de várias companhias estatais e desregulamentação financeira que, juntamente com a propagação do toyotismo, desencadearam uma reestruturação produtiva de amplo espectro, particularmente nas grandes corporações transnacionais. Esta reestruturação produtiva, ainda em curso, levou a uma nova forma de inserção das economias periféricas dentro da divisão internacional do trabalho.

Com efeito, como aponta Chesnais (1996), a chamada globalização da economia é uma nova etapa da mundialização do capital, cujo processo de internacionalização se dá pela possibilidade de valorização oferecida tanto pelos atrativos fiscais e financeiros como pela quantidade de recursos e de mercados de trabalho e consumo nas regiões em que aporta. A liberação do comércio exterior contribuiu para facilitar as operações dos grupos industriais transnacionais, que passaram a recorrer cada vez mais ao recurso da terceirização e subcontratação de suas atividades nos países periféricos.

As Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC's, tiveram papel fundamental nesse processo por proporcionar as conexões necessárias ao fluxo de produção sem perda de controle e sem necessidade de as matrizes se instalarem nos países onde se alojam os elos de suas cadeias de produção. Nessa perspectiva, o aumento de redes de empresas se torna cada vez mais comum no cenário mundial, cujo monopólio político e econômico se remete aos países desenvolvidos.

## **1.2 – Os processos produtivos globais e a industrialização dos serviços**

No cenário competitivo do capitalismo contemporâneo, as inovações em tecnologia e informação se tornam atraentes ao capital, na medida em que possibilita uma redução com o custo da produção, sobretudo com os gastos trabalhistas, bem como na busca de novas fontes de investimento lucrativo para o grande capital. Essas inovações tecnológicas vão ao encontro de um modelo de desenvolvimento, cujos valores são pautados pelo aumento da competitividade e da produção de bens e serviços de tecnologia da informação, propulsionadas pela ideologia neoliberal.

Trata-se, portanto, da investida capitalista para propulsionar uma reordenação produtiva geográfica internacional<sup>7</sup>, em que se vislumbra a busca por excedentes de capital. Nesse sentido, nos países periféricos da economia mundial, a força de trabalho constitui um desses ativos que se caracteriza por preços baixos.

O termo-chave aqui é, no entanto, excedentes de capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. (HARVEY, 2005, p. 124).

---

<sup>7</sup> De acordo com Harvey (2005): “como vimos no caso das ordenações espaço-temporais, a expansão geográfica do capitalismo que está na base de boa parte da atividade imperialista é bastante útil para a estabilização do sistema precisamente por criar demanda tanto de bens de investimento como de bens de consumo alhures” (2005, p. 117).

Não à toa que empresas transnacionais de grande porte se instalam em algumas regiões do norte do Paraná<sup>8</sup>. É justamente em meio a esse contexto, tendo como norte o baixo custo com a força de trabalho, que se assiste a emergência de instalação dessas empresas destinadas a atuação no setor de tecnologia da informação. Observa-se, ainda, a postura de complacência fiscal e de incentivo atribuído pelo Estado, em seu âmbito municipal e estadual, na vinda dessas empresas internacionais. De acordo com Harvey (2005):

Em parte, isso se relaciona com como e quando se forma crises na reprodução expandida. Mas pode também refletir tentativas de empreendedores determinados e Estados desenvolvimentistas no sentido de “integrar-se ao sistema” e buscar diretamente os benefícios da acumulação do capital. (HARVEY, 2005, p. 127).

Deve-se, entretanto, compreender esta conjuntura política e econômica que está por trás das referidas mudanças ocasionadas no plano organizativo das cadeias produtivas, que inferem diretamente no mercado de trabalho. A busca incessante durante a década de 1990 da inserção do Brasil na economia mundial, à custa da redução de direitos trabalhistas e a diminuição dos gastos do Estado, reaparece na década de 2000 sob uma nova roupagem. Ou seja, “a acumulação por espoliação pode ser aqui interpretada como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista como forte apoio dos poderes do Estado”, como define Harvey (2005, p. 128), assemelha-se ao papel do Estado que vem sendo observado em Londrina.

A partir desta análise preliminar, pretende-se observar as atuais organizações de cadeias produtivas do setor de Tecnologia de Informação do município e seus impactos no mercado de trabalho. O Arranjo Produtivo Local de tecnologia da informação (APL de TI) é constituído-se de 166 micro e pequenas empresas, conforme dados obtidos pelo SEBRAE/PR, em maio de 2011.

Um Arranjo Produtivo Local (APL) é formado quando há uma relevante expressividade de empresas em determinada atividade econômica de uma micro região geográfica. O Estado apóia e incentiva a economia, a partir de políticas públicas de desenvolvimento com reflexos na organização da produção e

---

<sup>8</sup> Podemos mencionar como exemplo, os esforços que estão sendo aventados pelo governo do Estado do Paraná, a respeito da vinda da multinacional Foxconn para a cidade de Araçongas, cuja pretensão é a criação de aproximadamente 100.000 postos de emprego, envolvendo também as regiões de Maringá e Londrina.

consequentemente no mercado de trabalho. Os APL's são uma política pública de cunho regional e/ou municipal que, em parceria com instituições e empresas privadas, visam à consolidação de pequenas e médias empresas, como protagonistas em localidades tidas como vocacionadas para o desenvolvimento de um setor específico da economia.

As empresas se organizam na busca de recursos públicos para facilitar o processo de desenvolvimento da sua produção e assim melhorar sua capacidade lucrativa. A aposta é que com o devido apoio dos governos locais tais arranjos conseguirão inserir os municípios na nova lógica produtiva dando-lhes condições de enfrentar o novo patamar de competitividade engendrado pela globalização neoliberal. É deste modo que as micros e pequenas empresas passam a ser inseridas em cadeias produtivas globais, cf. Castillo (2008), sendo gestadas como se fossem filiais. Nesta conjuntura, estratégias de flexibilização de contratos de trabalho são bastante comuns. Tal quadro acaba por gerar o aumento do desemprego, além de facultar processos de terceirizações dos elos intermediários das grandes empresas transnacionais o que acarreta na precarização das condições e relações de trabalho.

De acordo com Bernardo (2005, p. 18): “em termos de propriedade, são pequenas empresas locais, mas por outro lado, graças à sua capacidade de integração tecnológica e de centralização administrativa, são grandes empresas transnacionais”. Assim, essas micros e pequenas empresas locais passam a atuar como filiais nos elos das cadeias produtivas das grandes transnacionais, contribuindo assim, para a circulação de mercadorias inovadoras e a disseminação das tecnologias desenvolvidas por estas corporações.

Esta estratégia foi amparada pela introdução do modelo neoliberal, que também favoreceu a desregulamentação da legislação trabalhista. Os efeitos gerados para a classe trabalhadora foram marcados pela criação de uma variedade de relações trabalhistas. Como observa Castillo (2008), a reestruturação das cadeias produtivas reformulou a antiga dinâmica da divisão internacional do trabalho fundamentada na exportação do trabalho desqualificado para os países periféricos ao somar a esta ocupações até então primordialmente efetuadas nos países centrais, como, por exemplo, a produção de *softwares*.



[...] a divisão internacional do trabalho, a fragmentação dos processos de criação e desenvolvimento de programas de informática, não é somente uma premissa metodológica, mas o ponto de partida de uma reflexão de alcance mais vasto sobre o papel desempenhado pelo deslocamento de atividades e dos serviços na atual configuração econômica mundial. (CASTILLO, 2008, p. 23).

Há, portanto, uma correlação entre esses “processos completos de produção” inseridos na nova divisão internacional do trabalho. Castillo (2008) afirma que:

“[...] a abordagem em termos de divisão internacional do trabalho entre empresas, de distritos industriais, de *clusters*, tem colocado grande ênfase nas perspectivas de desenvolvimento local e de *vias altas*, o *upgrading*. Uma obra emblemática e destacada é, sem dúvida, *Local Enterprises in the Global Economy: Issues for Governance and Upgrading*, editada por Hubert Schmitz em 2004. A partir de estudos empíricos de amplo alcance, e como desdobramento de programas de pesquisa de grande porte, o livro apresenta uma sistematização das distintas possibilidades de organização dos sistemas locais de empresas, incluídas as de *software*, em uma tipologia que vai das *redes* até a *hierarquia*, em função da maior ou menor possibilidade de desenvolvimento autônomo ou de dependência na divisão do trabalho. Uma forma não muito distante do *continuum* que nós identificamos como empresas-cabeça e empresas-mão. (CASTILLO, 2008, p. 24).

São essas características observadas nas relações entre empresas no APL de TI da cidade de Londrina, isto é, as pequenas e micro empresas atuam como empresas-mão, enquanto que as empresas transnacionais atuam como empresas-cabeça<sup>9</sup>. A Microsoft atua como o cérebro, ou seja, a gestora de produtos e informações, além de *softwares* e tecnologia, desenvolvidos para utilização cotidiana no processo de trabalho das pequeninas empresas do APL.

Observa-se, entretanto, que a produção de *softwares* a partir de sistemas de gerenciamento para empresas facilita o trabalho realizado, contribuindo para a realização de um trabalho rotineiro em que o saber fazer do trabalhador é constante e continuamente expropriado pelas tecnologias da informação. Desse modo “para a parcela de trabalhadores formais ocorre a intensificação das atividades laborais e o prolongamento da jornada de trabalho pela criação de contratos de trabalho

---

<sup>9</sup> Podemos mencionar como exemplo, o trecho de ata de reunião de governança do APL de TI, realizada em março de 2012: “João, da CDS, informa que a Microsoft está realizando altos investimentos em relação a plataforma Windows Azure. Pedro informa que a Microsoft está planejando 4 eventos até o mês de abril, e que passará um e-mail para divulgação.” (nomes fictícios). Disponível em: [http://www.apltilondrina.com.br/uploads/atas/ata\\_48.pdf](http://www.apltilondrina.com.br/uploads/atas/ata_48.pdf). Acessado em maio de 2012.

específicos e isentos de encargos, enquanto que para outra crescente parcela de trabalhadores ocorre o desemprego e a informalidade” (WOLFF, et al, 2010).

As aplicações das tecnologias de informação pelas empresas têm o objetivo de melhorar e aumentar a produtividade. As empresas de tecnologia de informação elaboram *softwares* e programas de gerenciamento para empresas de diversos segmentos para facilitar o controle sobre os trabalhadores e, deste modo, promover melhoria da produtividade. Dessa forma, como menciona Wolff (2005), as novas tecnologias incorporam do trabalhador o saber e o fazer necessário para realizar a ação. Na medida em que o sistema operacional por meio das tecnologias da informação incorpora o saber fazer do trabalhador, mais reduzida é a importância do seu papel no processo de trabalho, pois este passa a realizar tarefas antes exercidas pelo trabalho vivo, e a utilização da jornada pode ser destinada para a realização de outras funções que não eram anteriormente exercidas.

A atividade informacional tem sido relevante para o setor de serviços que, como visto, é predominante na cidade de Londrina. Os *softwares*, por sua vez, contribuem para intensificar a produtividade laboral, otimizando assim, o processo produtivo em geral, além de possibilitar a inserção de novos procedimentos técnicos e operacionais. Este pode ser um exemplo de como ocorre a apropriação do trabalho anteriormente realizado, a partir do momento em que a máquina incorpora o saber da ação do fazer.

O APL de TI, encabeçado por empresas articuladas com vistas a fortalecer o setor, se organizam com o intuito de pensar estratégias para atrair políticas públicas que beneficie a cadeia produtiva. Essas empresas, sobretudo as micro e pequenas, atuam como elemento chave para as transnacionais no processo produtivo. Tal modelo organizacional pode passar por constantes readaptações.

[...] as tecnologias da Informação possibilitam a disseminação dos conceitos advindos desta aprendizagem, possibilitando uma estabilidade institucional que favorece todo o sistema e contribuem para redução dos custos e a melhoria do desempenho dos processos produtivos e sistemas produtivos e inovativos locais. (ANGELI; PERIOTTO; CAMARA, 2009, p. 18).

Dessa forma, assiste-se uma argumentação bastante articulada entre as tecnologias da informação e a aposta no desenvolvimento local, a partir de um APL,

valorizado pela noção de cooperação entre os envolvidos nas empresas, como pelo empreendedorismo.

Considerando a automatização dos processos das indústrias fabris e de gestão empresarial. O condutor principal que fomenta o processo de aprendizagem é a Tecnologia da Informação, principalmente em Arranjos Produtivos Locais e Sistemas Produtivos e Inovativos locais de empresas da base tecnológica, na qual a velocidade das trocas de informações com o ambiente é perceptivelmente maior, comparativamente com outros setores. Neste contexto, o trabalho teórico evidenciou a cooperação e o comprometimento como fatores fundamentais para a eficácia organizacional e interorganizacional especialmente em ambientes de TI avançados, para que, efetivamente, se crie um ambiente de aprendizagem que favoreça a inovação. (ANGELI; PERIOTTO; CAMARA, 2009, p. 18).

Há uma estreita relação entre a gestão organizacional de uma localidade e as tecnologias de informação e comunicação. As TIC's tiveram papel fundamental na atual conjuntura capitalista por proporcionar as conexões em redes nas cadeias de produção. O aumento de redes de empresas se torna cada vez mais comum no cenário mundial, cujo monopólio político e econômico se remete ao grande capital, sobretudo dos países desenvolvidos.

Em meio a esta estrutura produtiva, assiste-se um discurso oficial de incentivo ao desenvolvimento local. De acordo com Oliveira (2001), há uma condição previamente estabelecida nas relações econômicas entre as regiões do globo, que determina o papel do "local" na atual fase capitalista. Nesse sentido, afirma o autor, as duas dimensões decisivas que faltam para análise sobre o desenvolvimento local, referem-se, por um lado, a de que o desenvolvimento local é um subdesenvolvimento na periferia do capitalismo e, por outro lado, "é que ou é concebido como alternativa ou reproduzirá a forma estrutural." (OLIVEIRA, 2001, p. 12).

Como consequência, está-se elaborando um discurso sobre o desenvolvimento local como paradigma alternativo à sociedade plagada de conflitos por todos os lados; desenvolvimento local é apresentado como um 'emplastro' [...] capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades. Pensando dessa forma, o desenvolvimento local tende a fechar-se para a complexidade da sociedade moderna e passa a buscar o idêntico, o mesmo, entrando, sem querer, perigosamente, na mesma tendência midiática da sociedade complexa. (OLIVEIRA, 2001, p. 13).

As experiências da concepção de desenvolvimento local que está inspirando algumas cidades brasileiras se referem aos pactos de concertação territoriais na chamada 3ª Itália durante a década de 1990, as mudanças que ocorrem em estruturas de governança e dos mecanismos de regulação social.

Na Itália, a discussão e a adoção de estratégias de desenvolvimento local sob a forma de pactos territoriais de responsabilidade de atores locais ocorreram na metade dos anos 90. Mais precisamente, a partir de 1995, com a Lei n. 341/95, o governo italiano decidiu “ativar uma série de instrumentos específicos de *programmazione negoziata*” para desenhar programas locais que envolvessem uma multiplicidade de atores públicos e privados e uma gestão unitária dos recursos financeiros. (TAPIA, 2005, p. 135).

Há uma valorização no discurso do desenvolvimento local da administração pública e o empresariado local, como algo pacífico e de interesses convergentes. Conforme Oliveira (2001), as contradições inerentes nas formas democráticas do governo são representadas por uma nova racionalidade marcada pelo acúmulo de experiências e também pela tendência de concentração econômica do processo capitalista, que parece uma espécie de hélice de duas pás, em que se enroscam as concentrações econômicas e espaciais pelas redes informacionais.

A maior parte das definições e ensaios de desenvolvimento local a rigor parece-se mais com adaptações dos dominados do que alternativa à dominação: a própria dificuldade de definir o que é ‘desenvolvimento local’ já é um indicativo suficientemente forte, posto que, se tudo é ‘desenvolvimento, então, como ensinava uma velha lição de álgebra, nada é desenvolvimento local. (OLIVEIRA, 2001, p. 19).

Ainda segundo Oliveira (2001), por ser difícil de precisar, o termo desenvolvimento local acaba por denotar um disfarce utilizado e ecoado constantemente na sociedade para substituir ou reinterpretar a noção de cidadania, por cooperação ou negociação.

A relação entre o global e o local, na aposta de super valorizar o desenvolvimento do segundo, é uma nova tendência de organização do capitalismo contemporâneo. As grandes corporações mundiais atuam no sentido de reorganizar as cadeias produtivas, de modo a tornar mais vantajoso para o novo patamar de acumulação de capital. A promoção de nichos de desenvolvimento na sociedade, na perspectiva do local, se torna interessante na disseminação da ideologia de valorização do capital.

Nesta circunstância, se observa a valorização do capital em aportar a produção em outras regiões, tendo em vista a acumulação por espoliação, como define Harvey (2005).

O aumento da importância da acumulação por espoliação como resposta a isso, simbolizado pela ascensão de uma política internacionalista de neoliberalismo e privatização se acha vinculado com a visitação de surtos periódicos de desvalorização predatória de ativos numa ou noutra parte do mundo. E esse parece ser o cerne da natureza da prática imperialista contemporânea. (HARVEY, 2005, p. 26).

Esses são os aspectos que demonstram a relação entre o local e o global, e que se relacionam a Londrina, ou seja, poucas empresas grandes controlam a economia do mundo, tal como nos mostra Oliveira (2001).

Pois o global não é uma soma de poderes locais. E o que está em jogo é precisamente um tipo de poder que se não é inteiramente novo no capitalismo, agora se apresenta de forma tão radical que mesmo a semelhança com o passado mais imediato empalidece. Diz-se que 500 megacorporações controlam a economia-mundo. (OLIVEIRA, 2001, p. 26).

Há uma potencialidade do local no capitalismo globalizado. O poder das grandes corporações fundiu a política em subalterna do econômico, ou seja, há uma fissão entre entidades díspares e ocorre uma indiferenciação da política em relação ao econômico (OLIVEIRA, 2001).

As instituições organizadas por setores do capitalismo, como por exemplo, a entidade da organização dos industriários ou comerciários, tem se articulado na atual conjuntura, no sentido de valorizar o micro-empendedor individual, ou seja, no discurso do “faça você mesmo”. As instituições promovem eventos e cursos cujo objetivo é incentivar e promover a criação desses pequenos empresários na cidade.

É assim que se assiste o aumento da subcontratação e do trabalho temporário<sup>10</sup> como um novo paradigma de organização da produção espalhados pelo mundo. As empresas locais neste contexto atuam como subcontratantes no processo produtivo.

---

<sup>10</sup> No Brasil, o trabalho temporário é legalmente amparado pela legislação trabalhista, de acordo com o art. 2º da Lei 6.019 de 1974, é permitido para atender a necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou à acréscimo extraordinário de serviços. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6019.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6019.htm). Acessado em 10 de julho de 2010.

### 1.3 – Em busca do desenvolvimento perdido: Londrina Tecnópolis

No APL estudado, os membros se articulam com entidades da sociedade no sentido de promover e incentivar o desenvolvimento da produção de *softwares* e produtos, assim como a circulação de mercadorias, nas próprias indústrias de tecnologia, e também em indústrias de transformação de diversos setores econômicos e comércio. Embora o desenvolvimento tecnológico e científico traga inúmeros benefícios para a sociedade, faz-se importante alertar, sobre os impactos ocasionados nas relações e condições de trabalho dos trabalhadores do setor de informática, e também as consequências ocasionadas na atividade laboral pelas novas formas de expropriação do trabalho na atual fase do capitalismo.

Observamos, por um lado, os impactos ocasionados na condição de trabalho dos trabalhadores centrais, ou seja, aqueles que são empregados pelo regime celetista que lhes concede alguns benefícios sociais, pela intensificação do trabalho, através de extensas jornadas de trabalho, do nivelamento da faixa de renda concentrada no piso mínimo da tabela salarial (redução de intervalo, horário). Por outro lado, há uma tendência no aumento de subcontratações via informalidade e terceirizações nos elos da sua cadeia produtiva, tendo como parâmetro a flexibilização das relações trabalhistas, ocasionando a redução de empregos centrais.

Este mercado de trabalho precarizado, caracterizado pelo baixo custo da força de trabalho local, é utilizado pela administração municipal para atrair a vinda de novas empresas e indústrias. O discurso observado nos Cadernos Setoriais expostos no site do Instituto de Desenvolvimento de Londrina – CODEL, vinculado à prefeitura municipal, é altamente utilizado com vistas a atrair investimentos externos e novas empresas voltadas à inovação, uma vez que se entende que são estes os responsáveis pelo desenvolvimento da região na atual conjuntura:

A presença de ativos tecnológicos significativos e de empresas interessadas em inovações é reconhecida mundialmente como condição prévia e indispensável ao desenvolvimento de uma região inovadora e competitiva. Essas condições, no entanto, não são suficientes para que esse processo seja bem sucedido. É sempre necessário que sejam definidas e implementadas políticas públicas que dêem suporte às ações tanto do setor acadêmico como do setor

empresarial, de forma que o conhecimento seja transformado em inovação e passe a ser utilizado pela população (CADERNO SETORIAL “Ciência e Tecnologia”, 2003).

Podemos perceber claramente no discurso oficial da Companhia de Desenvolvimento da cidade de Londrina, a preocupação com o desenvolvimento de ativos tecnológicos. Há ênfase na necessidade de dar suporte às ações do setor acadêmico e empresarial, incentivados pelas políticas públicas de desenvolvimento.

Seguindo os rumos de sua história, Londrina se destaca neste cenário como celeiro de prosperidade e crescimento socioeconômico. Os números do mercado de trabalho comprovam que Londrina e região vivem um grande momento e que a industrialização promovida nos últimos anos traz benefícios a todos que, de forma direta ou indireta, fazem uso dos produtos aqui industrializados ou utilizam sua mão-de-obra como prestadora de serviços (CADERNO SETORIAL “Mercado de Trabalho e Qualificação”, 2003).

As empresas do setor de informática de acordo com o grupo de atividade econômica compreendem as seguintes atividades: atividades do serviço de tecnologia da informação; tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas; e outras atividades de prestação de serviços de informação. Os dados da (RAIS) de 2006, traduzem um total de 217 empresas; em 2007, 207 empresas; em 2008, reduziu para 184; e em 2009, reduziu ainda mais para 166.

Tabela 1: Informações sobre vínculos empregatícios dos estabelecimentos do setor de informática do município de Londrina. Média por peso em (%) de vínculos ativos dos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009.

<b>Grupo de Atividade Econômica, segundo classificação CNAE – versão 2.0</b>	<b>Anos / Quantidade de vínculos ativos por peso em (%)</b>			
<b>Atividades dos serviços de tecnologia da informação</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Nenhum vínculo ativo	8,93	16,22	15,58	17,28
Até 4 vínculos ativos	48,21	52,70	53,25	48,15
De 5 a 9 vínculos ativos	25,00	14,86	12,99	11,11
Soma das demais variáveis, acima de 10 vínculos ativos	17,86	16,22	18,18	23,46
<b>Tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Nenhum vínculo ativo	8,93	16,22	15,58	17,28
Até 4 vínculos ativos	48,21	52,70	53,25	48,15
De 5 a 9 vínculos ativos	25,00	14,86	12,99	11,11
Soma das demais variáveis, acima de 10 vínculos ativos	17,86	16,22	18,18	23,46
<b>Outras atividades de prestação de serviços de informação</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Nenhum vínculo ativo	15,25	23,26	13,16	17,86
Até 4 vínculos ativos	54,24	48,84	68,42	67,86
De 5 a 9 vínculos ativos	25,42	13,95	7,89	7,14
Soma das demais variáveis, acima de 10 vínculos ativos	5,08	13,95	10,53	7,14

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração: GENTT. (2011).

No ramo de TI é bastante evidente a estratégia de alocar força de trabalho em relações contratuais flexíveis, que assinalam processos de desregulamentação da legislação trabalhista (Cf. KREIN, 2007). Observa-se que há uma redução de empresas em Londrina cadastradas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego dos anos de 2006 a 2009. Embora sejam bastante comuns nos discursos oficiais sobre as vantagens do empreendedorismo na sociedade que incentiva a criação de pequenas empresas, percebe-se que há uma dificuldade para a empresa, sobretudo



as micro e pequenas permanecerem em atividade<sup>11</sup>. Nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego, a maioria das empresas de TI tem poucos vínculos ativos, sendo que a grande maioria se concentra na variável de até quatro vínculos ativos, sendo muitas delas, com nenhum vínculo ativo.

Sobre a questão de jornadas de trabalho, como fala Harvey (1992), o que se percebe nestas mudanças organizacionais observadas no APL de TI, tal como nos mostra a tabela abaixo, em que se trabalha mais de 40 horas muitas vezes. Ou seja, na maioria dos grupos de atividade econômica do setor de TI, os valores correspondem, em média, de 70% a 90% da força de trabalho empregada, segundo as informações obtidas no Ministério do Trabalho e Emprego.

Tabela 2: Informações sobre quantidade de horas de trabalho semanais, por peso em (%) dos trabalhadores do setor de informática no município de Londrina.

<b>Grupo de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 (223 categorias)</b>	<b>Ate 12 horas</b>	<b>De 13 a 15 horas</b>	<b>De 16 a 20 horas</b>	<b>De 21 a 30 horas</b>	<b>De 31 a 40 horas</b>	<b>De 41 a 44 horas</b>	<b>De 45 a 48 horas</b>	<b>Mais de 48 horas</b>	<b>Ignorado</b>	<b>Total</b>
Consultoria em <i>hardware</i>	0,00%	0,00%	0,00%	0,55%	16,99%	81,10%	0,27%	0,00%	1,10%	100,00%
Consultoria em <i>software</i>	0,00%	0,00%	0,68%	3,89%	20,43%	74,81%	0,00%	0,00%	0,19%	100,00%
Processamento de dados	0,05%	0,02%	0,34%	1,78%	67,23%	30,48%	0,00%	0,00%	0,10%	100,00%
Atividades de banco de dados e distr online de conteúdo eletrônico	0,00%	0,00%	0,86%	0,86%	5,17%	93,10%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Manutenção e reparação de maquinas de escritório e de informática	0,00%	0,00%	1,15%	2,53%	0,23%	95,62%	0,00%	0,00%	0,46%	100,00%
Outras atividades de informática, não especificadas anteriormente.	0,03%	0,15%	0,26%	1,63%	54,42%	43,43%	0,00%	0,00%	0,09%	100,00%
<b>Total</b>	<b>0,04%</b>	<b>0,05%</b>	<b>0,37%</b>	<b>1,87%</b>	<b>57,26%</b>	<b>40,26%</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,14%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração: GENTT. (2011).

<sup>11</sup> Segundo notícia do Jornal de Londrina de 08 de maio de 2011, no primeiro trimestre de 2011, a cidade de Londrina registrou o fechamento de empresas 13,6% maior do que o primeiro trimestre de 2010. Os dados foram extraídos da Junta Comercial do Paraná (Jucepar).

As cadeias produtivas do setor de tecnologia e informação em Londrina na forma de Arranjo Produtivo Local (APL) demonstram uma ligação entre micro, pequena e média empresas com as grandes companhias internacionais, a partir de uma rede conectada na troca de produtos, serviços e informação. Essas empresas representam os nódulos desta conexão, compostas por fornecedoras, subcontratadas, montadoras, distribuidoras, etc.

As relações entre o global e o local através das organizações produtivas, no caso de Londrina, em (APL), é semelhante ao que Castillo (2008) denomina de “processos completos de produção”. As micro e pequenas empresas atuam não como atividades autônomas na atividade econômica, mas sim como atividade meio ao longo da cadeia produtiva de TI, ou seja, a pequena empresa atua nas franjas da cadeia produtiva, e tem uma relativa importância na disseminação de produtos oriundos das grandes corporações do ramo.

As transnacionais atuam como “*networks* globais”, como define Dall’Acqua (2003), de modo que a atuação das grandes transnacionais na extração de mais-valia seja todo o mundo, a partir da inserção nas economias dos países periféricos pelas redes informacionais das cadeias produtivas. A reestruturação produtiva em setores econômicos, advindas pela onda neoliberal, em cadeias de produção dá margem às grandes empresas para elaborarem alternativas estratégicas tendo em vista a redução com o custo da produção, possibilitando a mobilidade do mercado de trabalho, tornando-o mais flexível.

O processo de internacionalização da economia favoreceu o advento mundialização do capital. O cenário mundial se tornou baseado numa rede de relações de mercado e empresas, cujo monopólio político e econômico remete aos países desenvolvidos. Nesse sentido, o termo mencionado por Chesnais (1996) de oligopólio mundial, retoma a ideia de uma sociedade globalizada cada vez mais desigual social e economicamente.

As técnicas de exploração com vistas à otimização de ganhos reais levaram todas as grandes corporações a adotarem essas medidas nas suas relações de trabalho como, por exemplo, instalar indústrias em países periféricos para reduzir gastos com pessoal e insumos, bem como aumentar seu mercado de consumo ao mesmo tempo em que diminui o tempo de circulação e, ainda, possibilitar novos

investimentos lucrativos em tempos de crise de sobreacumulação conforme Harvey (2005).

Assim, o novo espaço das empresas é o mundo. As maiores empresas não são, apenas, multinacionais, são empresas globais. Uma das diferenças entre a firma multinacional e a firma global vem exatamente da mudança do conceito de autonomia operacional, esta devendo ser subordinada a uma estratégia de conjunto, adaptada às novas condições de concorrência. As decisões, responsabilidades e recursos estratégicos descentralizados se submetem a um estreito controle que inclui a integração do nível mundial de concepção dos produtos, de sua fabricação e de sua distribuição. (DALL'ACQUA, 2003, p. 95).

Incentivadas por políticas públicas de desenvolvimento, a autonomia operacional da grande empresa infere diretamente na organização produtiva por meio da subcontratação, causando assim impactos negativos ao trabalhador. A conexão em rede entre as empresas em nível mundial, onde as relações são orquestradas pelo grande capital, atuam no cenário local e/ou regional e utilizam-se das micro, pequenas e médias empresas, sobretudo no processo de distribuição dos seus produtos. Por um lado, há a circulação dos produtos desenvolvidos por grandes corporações subjetivamente disseminados na sociedade; por outro lado, o micro-empendedor individual – sujeito híbrido – o “novo proletariado”, atua nas atividades meio e fim da cadeia produtiva, alimentando a circulação de suas mercadorias. A estratégia capitalista se faz justamente nesse sentido, ou seja, busca confundir o trabalhador, alocando-o muitas vezes como micro-empendedor, mediante alguns benefícios favorecidos por sua nova condição de pequeno empresário.

O funcionamento em rede das empresas globais, caracterizadas pela flexibilidade e mobilidade de produção e serviços depende de trabalhadores flexíveis, dispostos a se adaptar a contratos flexíveis de trabalho. É justamente nestas circunstâncias, que a informação se torna uma ferramenta de grande valia.

As redes assim constituídas são tributárias da informação, cuja importância na produção cresce significativamente, a ponto de permitir que se fale numa economia desmaterializada. Assim, como a ‘globalidade’ de uma firma está relacionada com a participação dos serviços de sua atividade, são as empresas ligadas à informação que se globalizam com mais força. (DALL'ACQUA, 2003, p. 96).

Este modelo organizacional de empresas articuladas em rede assemelha-se ao toyotismo no âmbito da cadeia produtiva. Não se trata de limitar a organização produtiva aos moldes toyotistas apenas em uma empresa, mas, envolver um arranjo de pequenas e médias empresas horizontalmente inter-relacionadas nas cadeias produtivas.

As empresas e instituições concentradas geograficamente formam um *cluster* e/ou distritos industriais, em que o desenvolvimento local é a palavra de ordem do momento e, por sua vez, se articulam com instituições e governo. Nesse sentido, os investidores de grandes transnacionais esperam encontrar uma espécie de “atmosfera industrial” para se aportarem.

A prática de relações simultâneas de cooperação e competição tende a dar origem à formação de tensões entre os membros dos *clusters*. Daí a importância fundamental que assumem as instituições que permeiam o tecido social em que os *clusters* operam, a necessidade deste ‘espaço social’ ser permeado de instituições que possam funcionar como colchões de amortecimento das tensões. Cabe a estas instituições, sejam elas públicas ou privadas, mediar conflitos, incentivar e estimular o diálogo, intermediar eventuais desacordos e, sobretudo, estimular a participação e o trabalho conjunto por parte dos membros integrantes dos *clusters*. Em termos ideais, o entrelaçamento das firmas (*networks*) que compõem um cluster deve ser ‘costurado’ e ‘calcificado’ pelas instituições que cercam e o permeiam. Assim, da força e da influência destas instituições sobre as firmas que o compõem, resultam a solidez e a auto-sustentação de um *cluster*. (DALL’ACQUA, 2003, p. 100-1).

Observa-se que o objetivo da formação de *cluster*, distrito industrial, ou (APL) é amenizar e diminuir as tensões existentes nas relações produtivas do tecido social, ou seja, as instituições devem agir como se fossem “colchões de amortecimento” nestas relações, como mostra Dall’Acqua (2003). Em meio ao atual cenário competitivo do capitalismo, a diminuição das tensões e conflitos no ambiente de trabalho é fundamental para o sucesso das empresas e do setor econômico.

Há, portanto, a disposição geográfica observada na pesquisa, que mostra o APL como uma rede conectada por vínculos de trocas de produtos e serviços, sendo as empresas rede orquestradas pelas transnacionais, de modo que as subcontratadas, distribuidoras, etc. são as empresas nódulos desta conexão. Como afirma Castillo (2008), para compreender os processos atuais de trabalho e o desenvolvimento do *software* devemos analisar cada processo produtivo em seu

contexto mais amplo. Tal contexto engendra a emergência de políticas públicas e “círculos virtuosos de sinergias e recursos públicos e privados” (Idem, p. 40) que contribuem para a criação de distritos, *clusters* e locais endógenos, orientados na busca pelo desenvolvimento social e econômico da região.

Isso mostra o controle estratégico das redes de empresas pautado pela crescente evolução da fragmentação e divisão do trabalho. A nova divisão internacional do trabalho<sup>12</sup> se pauta pela externalização do trabalho desqualificado e com a possibilidade, como no setor de produção de *software*, por exemplo, de haver a externalização do trabalho qualificado, de trabalho imaterial, de áreas que antes eram apenas realizadas nos países centrais. Estas características podem ser observadas no mercado de trabalho de Londrina, ou seja, são os trabalhadores em consultoria de *software* e *hardware* do setor de informática. Isso pode estar acarretando processos cujas características são perpassadas por uma alta capacidade de extração do conhecimento do trabalhador. A reorganização do capitalismo a partir da globalização da economia mundial permite que o trabalho das atividades de execução das pesquisas desenvolvidas nas empresas centrais sejam absorvidas pelos países emergentes.

Como nos mostra Silver (2005), estes elementos combinados representam as quatro soluções que o capital encontra na sua busca de acumulação de excedente.

[...] a “solução espacial” (realocação geográfica da produção); a “solução tecnológica/organizacional” (a introdução de tecnologias para reduzir a mão-de-obra e a reestruturação das organizações corporativas, o que inclui a expansão da terceirização e das relações trabalhistas contingentes); “a solução de produto” (o deslocamento do capital para novas linhas de produção, menos sujeitas à competição e aos conflitos); e a “solução financeira” (o deslocamento integral do capital da produção para as finanças e a especulação) (SILVER, 2005, p.12).

Este contexto marca, portanto, a forma de conexão verificada pelas empresas rede, com as empresas dos países centrais. É importante analisar também a forma

<sup>12</sup> Como nos mostra Castillo (2009, p. 20-1): “Esse ponto de partida está conectado ao *mainstream*, o marco atual de análise em nossa comunidade científica que se apoia em trabalhos semelhantes aos desenvolvidos em nossa equipe, ou seja, sobre questões como a divisão do trabalho entre empresas, os problemas de governo estratégico das redes de empresas e a evolução da divisão do trabalho etc. [...] Tal literatura visa a fundamentar que aquilo que formava o núcleo central da “nova divisão internacional do trabalho”, baseado na externalização do trabalho desqualificado, desdobra-se, atualmente, na possibilidade e realidade – nesse setor de produção de *software* – da externalização do trabalho qualificado, do trabalho imaterial, de tarefas que antes eram consideradas realizáveis apenas nos países centrais”.

como se coloca a opção de desenvolvimento adotada pelos países periféricos, como o caso do Brasil. Para tanto, é importante mencionar, também, as influências políticas neoliberais presentes na conjuntura econômica internacional, propostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial advindas do “Consenso de Washington”<sup>13</sup> aos países subdesenvolvidos.

Esses ajustes estruturais adotados são observados no Brasil, durante a década de 1990, por meio da abertura econômica, da desregulamentação financeira e de privatizações, que remodelaram as cadeias produtivas de diversos setores da economia, ocasionando impactos negativos à classe trabalhadora, tais como a já referida flexibilização do mercado de trabalho.

O atual contexto do capitalismo mundial, portanto, se configura através do atual paradigma de desenvolvimento local, pautado nas externalizações de atividades das cadeias produtivas nos países “emergentes”, de modo a reduzir custos com força de trabalho. Entretanto, como possibilitar a criação de ativos tecnológicos numa região específica, levando em consideração um contexto de globalização capitalista em que o Brasil só importa alta tecnologia? O papel do Brasil no cenário internacional em relação à circulação das tecnologias informacionais, tem sido desde sempre, como um mero reproduzidor e importador de tecnologias.

---

<sup>13</sup> As medidas definidas pelo Consenso de Washington são: controle fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização da economia, liberalização financeira, regime cambial, investimento estrangeiro direto, privatizações, propriedade intelectual garantida pelo Estado e desregulação do Estado na economia (Cf. BATISTA, 1994).

## 2 – AS MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS E OPERACIONAIS: OS EFEITOS SOBRE O TRABALHADOR NO ATUAL CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA

Neste capítulo, faremos uma análise sobre as características da nova divisão internacional do trabalho relacionadas ao contexto de globalização econômica. Na atual fase de “mundialização do capital”, analisaremos as formas contemporâneas de exploração do trabalho, relacionadas a crescente informatização do processo de trabalho. Buscamos compreender como essas mudanças observadas se relacionam diretamente ao trabalhador, ou seja, quais os aspectos observados nas novas formas de relação de trabalho, tomando o APL de TI como objeto.

Já advertida por Marx (1984) no século XIX, o advento da grande indústria, promoveu a produção em larga escala e a crescente expansão do capital. Como consequência, houve o desenvolvimento dos meios de transportes e de comunicação que colocaram em conexão trabalhadores em nível mundial. O processo de industrialização também foi acompanhado *pari passu* por uma privatização generalizada dos meios de produção que proporcionou um exército industrial de reserva, garantindo ao grande capital, orquestrar, segmentar e estandardizar um mercado de trabalho, tanto em âmbito nacional como internacional, em conformidade com os seus interesses.

Quando se pensa a atual configuração de cadeias produtivas em sua relação com os Arranjos Produtivos Locais nota-se que se trata da formação de distritos industriais e *clusters* que oportunize a conexão das grandes companhias que estão no topo das cadeias produtivas com as pequenas e médias empresas de uma dada região. Para que esta reconfiguração seja possível, exige-se a intervenção estatal e financeira.

Tendo como base o setor de TI, alguns questionamentos iniciais são necessários para a discussão deste capítulo, na tentativa de analisar os impactos ocasionados no trabalho. Observa-se nos últimos anos, que o aumento de trabalhadores no setor de serviços tem sido comum em Londrina, caracterizando-a, inclusive, como uma cidade de serviços. O crescimento significativo do setor de serviços em Londrina pode estar correlacionado diretamente ao fenômeno da flexibilização das relações de trabalho, tendo como parâmetro, o modelo de

desenvolvimento neoliberal. O substancial aumento da flexibilização das relações de trabalho tem sido, fundamentalmente, mediado pelas políticas públicas de desenvolvimento local. Deve-se questionar, portanto, em que medida o trabalho se intensificou com o advento das tecnologias informacionais? Diante da crescente inserção das tecnologias informacionais no ambiente de trabalho, de que forma ocorre a expropriação do saber-fazer do trabalhador?

O objetivo deste capítulo é, portanto, observar a relação entre a flexibilização das relações de trabalho e as políticas públicas de desenvolvimento com o contexto econômico global, tendo como base algumas políticas públicas municipais e os dados quantitativos do setor de TI que serão observados no capítulo 3. Por que existem tantos pequenos empresários e outras modalidades na cidade de Londrina? Buscamos analisar de que forma se observa a precarização do trabalho e o que está por trás do incentivo dado pelo discurso oficial para o trabalhador, em se tornar um “empreendedor individual”.

## **2.1 – Globalização capitalista e (re)configuração organizacional**

De modo geral, observamos que as relações trabalhistas que vem sendo constituídas nos últimos anos nas empresas do setor de tecnologia da informação, se apresentam, na maioria das vezes, estabelecidas a partir de formas “contratuais” flexíveis no vínculo de trabalho. As empresas analisadas na pesquisa ofertam vagas de trabalho, em que a relação trabalhista se faz mediante apenas contrato por pessoa jurídica, ou seja, o contrato de um sócio na empresa, como prestador de serviços.

A partir de contatos realizados com algumas empresas, observa-se que está presente a forma da flexibilização da relação trabalhista no setor de TI. Há, portanto, uma tendência bastante comum observada na pesquisa, onde as empresas contratam o trabalhador pela forma de pessoa jurídica (PJ). Esta relação se estabelece como uma prestação de serviços e/ou como um trabalho prestado para determinada(s) empresa(s). Esta mediação da relação de trabalho se faz a partir de um contrato entre duas pessoas jurídicas, sendo que uma delas é o próprio



trabalhador. Encontramos também formas de flexibilização realizada a partir do trabalho terceirizado, assim como, de trabalho por prestação de serviços, muitas vezes temporários.

Constata-se que isso ocorre principalmente em funções altamente qualificadas com remuneração mais elevada. Devemos questionar se esta atual reconfiguração, não seria a estratégia do capital em alocar o trabalhador numa condição flexível, sobretudo por não acarretar em gastos com impostos e tributos, como pela forma de um trabalhador com carteira assinada.

Observa-se que há uma multiplicidade e variedade de formas presentes nas relações de trabalho do setor de TI presentes na primeira década de 2000. Nestas circunstâncias, este fenômeno pode vir a dificultar uma maior articulação dos trabalhadores envolvidos no processo de trabalho. Tem sido muito comum na contemporaneidade, o discurso sobre a autonomização do indivíduo, muito disseminada por segmentos da sociedade, como sendo a mais pura liberdade do indivíduo, em gerir o seu próprio negócio. Há a hipótese de que isso pode vir a ser um engano aos “desavisados” que mergulham nesta condição flexível, por estar caracterizando a precarização do trabalho, mediante alguns fatores que podemos elencar como exemplos: a instabilidade na relação trabalhista, a perda de direitos trabalhistas e a crescente desarticulação do indivíduo de sua classe social.

Tal contexto vem demonstrando esta variedade da relação trabalhista, ou seja, cada vez mais se observa novas formas da divisão do trabalho expressas na relação produtiva. A estratégia do capital na atual conjuntura capitalista pode estar demonstrando que se direciona no sentido de reconduzir o trabalhador a uma condição de pequeno capitalista. Esta condição se manifesta, sobretudo mediante o paradigma do desenvolvimento local. Nos tempos atuais, a divisão do trabalho ocorre, não apenas dentro de uma fábrica ou empresa, mas sim em todo o local. Nestas circunstâncias, para o capital facultar a relação concreta de trabalho, os trabalhadores são, muitas vezes, travestidos pela forma de micro-empresendedores.

É este o modo de reorganização espacial das empresas que tal cenário vem demonstrando, ou seja, tendo como referência o APL de TI, com o foco na relação capital e trabalho, objetivo desta pesquisa, podemos dizer no geral, que são essas características observadas. Para que possamos compreender essas mudanças na

presente realidade explicitadas nas relações de trabalho, devemos considerar também os aspectos relacionados ao capitalismo internacional, em sua atual fase de globalização (final da década de 1980 e começo de 1990).

Em meio ao cenário competitivo propulsionado pela globalização econômica, é interessante observar, a maneira como ocorre a marginalização e a exclusão no cenário capitalista internacional, em relação à concentração dos fluxos tecnológicos pelo mundo, como nos mostra Chesnais (1996). No período de 1980 a 1990, os acordos de cooperação tecnológica entre companhias e os acordos de licenças e de transferência de tecnologia, se concentravam, na sua esmagadora maioria, nos fluxos realizados apenas entre os países avançados, representados por concentrar mais de (90%) da tecnologia mundial. Enquanto isso, entre os “países em desenvolvimento”, esses índices não chegam a (5%).

Entretanto, devemos questionar e discutir a luz de nosso referencial teórico, como pensar numa possível “emancipação” ou ampliação do desenvolvimento econômico do setor de tecnologia de Londrina? Londrina, e até mesmo o Brasil, não estariam condenados a sua condição de submissão no plano do desenvolvimento tecnológico? Não seriam tentáculos das transnacionais poderosas no cenário mundial, que estariam reorganizando a produção, com vistas à manutenção da exploração da força de trabalho, para realização da acumulação capitalista.

Chesnais (1996) analisa este panorama como a emergência de novas formas de investimento.

As NFIs garantem a uma companhia uma fração do capital e do direito de conhecer a conduta de outra companhia, sendo que o operador/parceiro estrangeiro não fornece nenhum aporte em capital, mas somente em ativos materiais. As NFIs originam seja uma participação minoritária, seja uma empresa comum (a chamada *joint-venture*), reconhecendo a multinacional a propriedade de uma fração do capital, um direito, um direito de participação nos lucros e um direito de acompanhar a conduta de um parceiro menos poderoso, com base num aporte sob forma de ativos imateriais. Entre estes, incluem-se o *know-how* de gestão, as licenças de tecnologia (em geral superadas pelas mudanças tecnológicas), bem como o *franchising* e o *leasing*, muitas vezes empregados nos serviços. (CHESNAIS, 1996, p. 78-79).

Nesta passagem, Chesnais levanta alguns pontos interessantes para discutirmos. As novas formas de investimento marcam o ingresso de empresas,

denominadas de *joint-ventures*, ou seja, mediante a participação e a articulação de empreendimentos. Estas *joint-ventures* são orquestradas pelas grandes companhias que atuam no sentido de se apropriar e explorar os ativos imateriais, de acordo com o autor. No caso de Londrina, isso tem se demonstrado no APL de TI. Sobre os ativos imateriais presentes nestas relações, o autor destaca, dentre outras, o *know-how* de gestão.

Mediante a essas novas formas de investimento, atrativas as multinacionais, inseridas no oligopólio mundial, Chesnais (1996) explica que esta mudança também perpassa pela lógica da internalização, com vistas à manutenção e maximização dos lucros obtidos por estas grandes companhias.

A lógica da internalização, portanto, é que ela proporciona um meio, não apenas de salvaguardar a vantagem monopolística das companhias, mas também de criar e sobretudo de reforçar essa vantagem monopolística das companhias, mas também de criar e sobretudo de reforçar essa vantagem. É o que Rugman acaba concedendo. Ele reconhece que “a internalização é um artifício (*device*) para a companhia manter sua vantagem específica, em escala mundial”, e também que as filiais permitem às multinacionais segmentar os mercados nacionais e utilizar a discriminação de preços para maximizar seu lucro, em nível mundial. (CHESNAIS, 1996, p. 85).

Há uma nítida e visível predominância desta lógica da internalização<sup>14</sup> observadas na pesquisa, presentes pela criação de um mercado interno, com vistas a manter a vantagem específica da empresa. Ou seja, o que podemos identificar, de acordo com Chesnais (1996), é a concentração de multinacionais e transnacionais, sobretudo pela expansão da forma de empresas-rede. É justamente nesse sentido que o autor denomina esta fase de mundialização do capital.

O que é característico da chamada fase da mundialização é a extensão das estruturas de oferta muito concentradas, para a maior parte das indústrias de alta intensidade de P e D ou “alta tecnologia”, bem como a numerosos setores de fabricação em grande escala. (CHESNAIS, 1996, p. 95).

A alta tecnologia e a localização de uma elevada intensidade de pesquisa de desenvolvimento, necessariamente, se reportam aos países inseridos no oligopólio mundial. Nessas circunstâncias, se olharmos para o Brasil, e refletirmos sobre a

---

<sup>14</sup> Conforme Chesnais (1996): “É nesse ponto que a teoria da internalização encontra nova oportunidade de se mostrar útil. O efeito açambarcar a tecnologia e o *know-how* que a acompanha, será realizado mediante a criação de um mercado interno da companhia. Junto com isso, a vantagem tecnológica que essa companhia detém não irá mais se diluir no mercado livre.” (1996, p. 85).

atual conjuntura, veremos que não há possibilidade nenhuma de competir de igual para igual, no âmbito do setor de TI, com os países centrais na contenda capitalista internacional.

De acordo com Chesnais (1996), a fusão das tecnologias de telecomunicações e de informática somado a uma melhor gestão, sobretudo pelo advento das *join-ventures*, permitiu ao grande capital, um maior controle na relação de produção.

A fusão das tecnologias de telecomunicações e de informática e o surgimento da teleinformática permitiram às grandes companhias gerenciar melhor as economias de custos de transação, obtidas pela integração, e reduzir os “custos burocráticos” associados a sua internacionalização. Essas novas tecnologias tornam possível também uma melhor gestão das numerosas “novas relações” por meio das quais a grande companhia pode estabelecer um controle estrito sobre parte das operações de outra empresa, sem precisar absorvê-la. Essa é a originalidade das empresas-rede. (CHESNAIS, 1996, p. 103-4).

São essas as características observadas no mercado de trabalho, em que a caracterização e efetivação da empresa-rede se expressa por uma nova relação no processo de trabalho no atual cenário, ou seja, “analogamente, as modalidades recentes de acordos de terceirização são apresentados por alguns como um “novo tipo de patronato” e, por outros, como formas novas de “quase-integração vertical” (Chesnais, 1996, p. 104).

## **2.2 – Informatização do processo de produção e precarização do trabalho**

A reconfiguração organizacional em empresas-rede tal como vimos, são impulsionadas pelo aumento da informatização no processo de trabalho das pequenas empresas, e contribui significativamente para novas formas de precarização do trabalho humano. A estratégia capitalista, no atual contexto de automação flexível, caminha no sentido de buscar incessantemente a otimização da maquinaria, ou seja, a melhoria do meio de trabalho.

Nas crescentes investidas em tecnologia, sobretudo no setor específico de ti, ocorre a incorporação do saber do trabalhador, que são incorporados à máquina, de

acordo com Wolff (2009). Isso se manifesta pela amplitude da polivalência do trabalhador no processo de trabalho.

O desenvolvimento da microeletrônica<sup>15</sup>, de base informática, vai levar até o limite real a polivalência, aprofundando tanto mais a diferença entre a automação rígida e a automação flexível. Entretanto, isso só foi possível por ter havido uma correspondente e radical alteração tecnológica entre o tipo de automatismo descrito por Marx e Braverman e o atual, já totalmente proveniente das novas tecnologias da informação e comunicação. (WOLFF, 2009, p. 100).

A constante alimentação de informações, como em banco de dados, por exemplo, incorporadas pelas máquinas e também as digitalizações, são exemplos de como ocorre a expropriação do saber do trabalhador nos tempos modernos, ou seja, aquele trabalho antes executado pelo trabalhador, posteriormente, se converte em trabalho morto. Este é o pano de fundo, de acordo com Wolff (2009), ou seja, “a transformação é conseguida mediante a codificação do saber-fazer operário e, por isso, pode-se dizer assinala aquilo que Freyssenet considera um *quarto estágio da divisão capitalista do trabalho* visto que repercute diretamente na sua divisão técnica.” (2009, p. 103).

Há, portanto, conforme nos mostra Wolff (2009), que, simultâneo a manifestação de uma revolução tecnológica de grande espectro, ocorre uma revolução também em seu âmbito organizacional, mediante a tendência da informatização dos processos de trabalho. De acordo com a autora, a reificação do trabalhador seria configurada, com vistas a “humanizar a máquina”.

É assim que a maquinaria informática possui uma peculiaridade essencial quando cotejada com as máquinas anteriores: a transformação da cognição em insumo do processo produtivo. Desde tal mudança, a reificação do trabalhador deixa de ser expressa pelo intento de convertê-lo em “homem-máquina”, tal como no taylorismo-fordismo, e se configura como uma tentativa de se *humanizar a máquina* desde o projeto de uma inteligência artificial que deve ser constantemente alimentada de dados por um “trabalho informacional.” (WOLFF, 2009, p. 102).

Dessa forma, se observa a exploração do trabalho no setor de informática do município de Londrina, presentes na atual conjuntura, em que a informação se torna

---

<sup>15</sup> De acordo com Wolff (2009): “A microeletrônica, por sua vez, proporcionou à maquinaria a capacidade não apenas de corrigir a si mesma, mas, simultaneamente, de adaptar-se a demandas variáveis, mudando sua programação. Essa capacidade rompe com o princípio da mecânica ao instaurar uma base tecnológica cuja singularidade é a capacidade de digitalizar informações.” (2009, p. 101).

a mais nova matéria prima muito valiosa. Ou seja, é justamente pela acumulação de riquezas que a estratégia capitalista se norteia no âmbito das relações de trabalho informacionais.

No contexto da produção informatizada, o saber tácito exerce um papel fundamental na medida em que é esse tipo de conhecimento que pode ser o diferencial necessário para a otimização das “inovações incrementais” – relativas aos “resultados dos esforços cotidianos para aperfeiçoar produtos e processos existentes, visando obter maior qualidade e maior produtividade”. (WOLFF, 2009, p. 103).

A organização da produção na forma de APL vem demonstrando essas características. Ou seja, no contexto de informatização da produção e da informação, os produtos informacionais submetidos às pequenas empresas, buscam a otimização das “inovações incrementais” e se mostram extremamente nocivas ao trabalhador.

Nessas circunstâncias, ocorre uma maior aceleração da produtividade de uma forma geral, a partir da inserção das inovações incrementais no processo de trabalho. As constantes inovações, portanto, exigem cada vez mais a polivalência do trabalhador em sua atividade.

Essa reificação do conhecimento fica muito evidente quando analisamos as teorias contemporâneas de Administração. Nestas, o conhecimento é entendido como “uma informação valiosa da mente humana” que “inclui reflexão, síntese, contexto”, sendo, portanto, “de difícil captura em máquinas; frequentemente tácito; de difícil transferência”. É a transformação do conhecimento em dados, ou, em outras palavras, é a reificação dos produtos do intelecto humano que vai facultar essas “transferência”, leia-se *expropriação*, do saber operário para os computadores. (WOLFF, 2009, p. 104-5).

Constata-se, entretanto, que o conhecimento é inteiramente expropriado pelo capital. Dessa forma, o conhecimento se torna uma matéria prima, cada vez mais comercializada, por ter como objetivo, a extração de mais valia. Assim “uma vez que o conhecimento é uma qualidade fundamentalmente humana/subjetiva, efetivar sua quantificação dentro do processo produtivo enuncia o processo de reificação de novo tipo encetado pelas TIC’s” (2009, p. 105).

É justamente nesse sentido, que podemos relacionar a análise de Rosso (2008), no âmbito da intensificação do trabalho imaterial, ou seja, no setor de TI, se

percebe a adoção de princípios relacionados a polivalência, versatilidade e flexibilidade, que tendem a uma intensificação do trabalho no tempo moderno.

Computadores e programas de informática agem como elementos de intensificação à medida que introduzem sistemas de controle do trabalho infinitamente superiores aos realizados por meio de fiscais ou supervisores. A existência de um severo controle é amplamente vivenciado pelos assalariados. (ROSSO, 2008, p. 166).

A flexibilização das relações e condições de trabalho é um dos itens das medidas adotadas pelo neoliberalismo que causaram prejuízos à classe trabalhadora. Esses ajustes estruturais adotados são observados no Brasil, durante a década de 1990, por meio da abertura econômica, da desregulamentação financeira e de privatizações, que remodelaram as cadeias produtivas de diversos setores da economia, incluindo o setor de tecnologia da informação.

Com a inserção de países periféricos na economia internacional, no contexto de globalização econômica, essas medidas estruturais surtiram um efeito positivo para as grandes empresas acarretando no aumento das taxas de lucros. As medidas sugeridas pela política neoliberal da flexibilização do trabalho, são realizadas com o objetivo de adaptar as empresas a estas novas relações, baseadas na flexibilização da relação, e assim, reduzir os gastos com encargos trabalhistas. Os discursos utilizados para validar tal prática são atribuídos como um bom negócio para o trabalhador, como por exemplo, ao fato de que o trabalhador passa a se relacionar, na condição de sócio, isto é, como pessoa jurídica. Está presente nos discursos oficiais, o enfoque na perspectiva de que o trabalhador se encontra perante a uma condição mais “livre”. Lembramos que essa condição se manifesta na forma de prestação de serviços para uma determinada empresa.

De acordo com a nossa pesquisa, as empresas do setor de tecnologia da informação na região de Londrina, em sua maioria, adotam as medidas estruturais na organização da produção. Na pesquisa, constatou-se que na atual conjuntura do capitalismo, há uma ampla gama de formas de condições de trabalho no processo produtivo. As formas de relações trabalhistas estão presentes principalmente por meio de sub-contratação, pessoa jurídica (PJ), terceirização, sócio, consultoria e contratação por prazo determinado, por serviço ou por prazo temporário.

A partir de contato realizado com duas empresas de tecnologia da informação, constatou-se que a forma de contratação de trabalho, se faz por meio da relação de pessoa jurídica, de nível superior e altamente especializado. Embora os resultados individuais, a curto prazo, seja bastante atraente ao trabalhador, faz-se necessário ressaltar, que estas formas flexíveis de trabalho, submetida, sobretudo ao trabalhador prestador de serviços, pode acarretar em perdas de direitos trabalhistas, como por exemplo, os benefícios em que um contrato de trabalhador celetista percebe como direito<sup>16</sup>. As novas condições flexíveis do trabalho realizado pelo profissional de tecnologia da informação, muitas vezes, se manifesta pela maneira em que visa ocultar uma legítima relação de emprego<sup>17</sup>.

[...] O trabalho humano é, mais do que nunca, uma mercadoria, a qual ainda por cima teve seu valor venal desvalorizado pelo “progresso técnico” e assistiu à capacidade de negociação de seus detentores diminuir cada vez mais diante das empresas ou dos indivíduos abastados, suscetíveis de comprar o seu uso. As legislações em torno do emprego do trabalho assalariado, que haviam sido estabelecidas graças às grandes lutas sociais e às ameaças de revolução social, voaram pelos ares, e as ideologias neoliberais se impacientam de que ainda restem alguns cacos delas. (CHESNAIS, 1996, p. 42).

Nessa perspectiva, os direitos garantidos pela legislação trabalhista conquistada como o trabalho assalariado e os benefícios constitucionais “voaram pelos ares” a partir da inserção de diversas novas modalidades na relação de trabalho.

As mudanças ocasionadas na legislação trabalhista baseada na flexibilização das relações de trabalho, impulsionadas pelo neoliberalismo, trouxeram como consequência a ampliação e difusão dos processos de terceirizações. E a contratação por (PJ) é uma flexibilização trabalhista extremamente rentável ao empresário. Isso representa o aumento da mercadorização da força e trabalho. Como define Hyman apud Krein (2007), “a contratação da pessoa jurídica (denominada de PJ) emerge como uma forma concreta de contratação flexível, expressando de forma cristalina o avanço da mercantilização da força de trabalho”.

---

<sup>16</sup> Podemos destacar como exemplos alguns direitos garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o repouso semanal remunerado, recebimento de férias e 13º salário, licenças maternidade e paternidade, seguro-desemprego, aviso prévio remunerado, dentre outros.

<sup>17</sup> A legislação brasileira orienta sobre os aspectos que caracteriza uma relação de emprego, ou seja, o vínculo empregatício é configurado quando o empregado presta serviço a outrem de forma subordinada, pessoal, não-eventual e onerosa.



O regime de PJ apresenta vantagens na transação de custos, de transformação da remuneração fixa em variável e, principalmente, de redução de todos os encargos sociais, trabalhistas e tributários. Os custos da empresa limitam-se ao pagamento e à gestão de um contrato comercial. Por esse expediente, as empresas economizam em torno de 60%, considerando as contribuições sociais e os direitos trabalhistas (incluindo o salário indireto e deferido). Os custos das diversas contribuições previdenciárias de um PJ, fora do sistema do Super-simples, cai de 27,5% (assalariado com carteira assinada) para 12% a 15%. Ao mesmo tempo, o “empresário” tem espaço para reduzir a sua própria carga de impostos com o lucro presumido, Pis/Cofins cumulativo e isenção de IR na distribuição de lucros, o que significa redução de custos e comprometimento da arrecadação tributária, especialmente das fontes de financiamento da seguridade social. (KREIN, 2007, p. 161).

Esta é a manifestação concreta de uma redução de custos com encargos trabalhistas e uma possível estratégia do capital. Pois, como vimos, a forma de contrato por (PJ) não onera o empresário que pretende utilizar a força de trabalho do seu empregado.

As relações entre o global e o local através das organizações produtivas, tal como Castillo (2008) denomina de “processos completos de produção” são bastante comuns na atual conjuntura. As micro e pequenas empresas atuam não como atividades autônomas na atividade econômica, mas sim como atividade meio ao longo da cadeia produtiva, ou seja, a pequena empresa atua nas franjas das cadeias produtivas do setor de TI da região observada, e tem uma relativa importância na disseminação de produtos no capitalismo contemporâneo, sobretudo para as grandes multinacionais e transnacionais no uso de suas marcas e *softwares* operacionais específicos. Não há, por exemplo, um *software* que seja genuinamente brasileiro na totalidade de sua feitura.

É justamente nesse contexto, que se assiste a uma tendência em se valorizar o desenvolvimento local, estimulado, sobretudo pela articulação entre empresas de um determinado setor econômico numa cadeia produtiva, denominado de Arranjo Produtivo Local (APL) como é o caso de Londrina. A busca pela otimização de ganhos reais levou as grandes corporações a alterarem níveis nos processos de produção, integrando os países periféricos, na busca de força de trabalho (qualificada) barata, tornando a economia mundial baseada numa rede de relações de mercado.

Na medida em que aumenta a relação de subcontratações maior é a perda de direitos trabalhistas. Existem uma série de programas e novos *softwares* que devem servir para a atualização do trabalho. Entretanto, devemos questionar, será que estes programas e atualizações realizadas por meio das tecnologias da informação, não contribuem para expropriar cada vez mais o saber-fazer do trabalhador? São questões pertinentes que devemos fazer em nossa pesquisa.

Enfim, a intensificação do trabalho se expressa da seguinte forma: a exploração de mais-valia relativa, que consiste numa intensificação do trabalho subjetivo que o trabalhador realiza; e a mais-valia absoluta, que ocorre pelo aumento da jornada de trabalho e ampliação das atividades laborais no processo de trabalho. Dada essas características examinadas até aqui, percebemos que o trabalhador de ti precisa realizar, cada vez mais, mais procedimentos operacionais na realização de suas tarefas diárias, além de ser constantemente forçado a pensar e colaborar com ideias para empresa.

Em suma, essas são as formas de precarização do trabalho na contemporaneidade, ou seja, as ferramentas gerenciais desenvolvidas buscam, a todo o momento, aperfeiçoar a rotina dos trabalhadores, tem como objetivo, melhorar o aproveitamento da força de trabalho ao longo da jornada de trabalho e assim, obter maior ganho com a produtividade.

### **3 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO E O RETRATO PRELIMINAR DO MERCADO DE TRABALHO DO SETOR DE TI DE LONDRINA**

Neste capítulo, será realizada uma abordagem mais analítica. Pretendemos examinar o objeto da pesquisa propriamente dito e fazer uma análise empírica sobre a flexibilização do mercado de trabalho presentes no setor de informática inserido no (APL) de TI de Londrina, por meio das políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento local e do mercado de trabalho. Faremos também neste capítulo, uma análise dos dados sobre os trabalhadores e sobre as empresas relacionadas ao setor de informática.

Ultimamente tem se observado, por um lado, alguma correlação entre o Estado e as novas formas de se organizar a produção. Nestas circunstâncias, muitas vezes, acarretam num impacto negativo direto para o trabalhador. Por outro lado, o trabalhador assiste a uma constante perda de direitos conquistados historicamente, originados pelas mudanças nas relações trabalhistas.

Estas novas formas de se organizar a produção, se caracteriza pela busca incessante do capital em encontrar alternativas rentáveis, do ponto de vista de reduzir gastos com a força de trabalho. Essas mudanças também são mediadas, sobretudo pelo apoio e incentivo por parte dos agentes do Estado. As novas relações de produção na atual conjuntura capitalista, necessitam por sua vez, do aumento da flexibilização do mercado de trabalho, reduzindo assim, o custo com os trabalhadores centrais, o que vem a exigir maior flexibilidade do trabalhador no processo de trabalho.

Estas formas de trabalho percebidas no (APL) representam este modelo estratégico das empresas, tendo como enfoque as mudanças organizacionais, por meio de parcerias com o Estado. Há uma tendência de haver uma crescente participação do setor privado nos gastos públicos, tal como observadas a partir das parcerias público-privadas. Em Londrina, não tem sido diferente, e os (APL's) da cidade atuam com vistas a melhorar a governança de suas empresas. O resultado desta organização (empresas, entidades e universidades) na relação com o Estado, favorece o enriquecimento dos empresários.

### **3.1 – As políticas públicas municipais e o incentivo ao microempreendedorismo**

Em nossa pesquisa, devemos analisar os aspectos relacionados a algumas políticas públicas (leis) que vem se afluindo na sociedade londrinense. Devemos questionar: não seria o capital preparando o território, como uma solução espacial, para a manutenção da acumulação de excedentes? O governo municipal da cidade de Londrina tem apoiado as empresas deste segmento, por meio das políticas públicas de desenvolvimento e de incentivo ao emprego.

A necessidade de haver políticas públicas pode vir a assegurar maiores oportunidades de investimentos de capital, bem como integrar as classes sociais menos favorecidas, tendo como parâmetro a reprodução da sociabilidade burguesa.

O Estado tem contribuído para as empresas apostando no desenvolvimento local. Diversas leis foram aprovadas ultimamente na Câmara de Londrina, se inspirando no modelo de parcerias público-privadas, cujo objetivo tem se direcionado, em linhas gerais, para incentivar a vinda das transnacionais (a propaganda política feita é baseada na geração de empregos ofertada pela cidade) e também de fomentar a criação de novos microempresários na região. Há uma visível organização por parte de classes sociais dos empresários na articulação com o Estado, como demonstrada pela Lei 10.778 que é uma parceria entre o SEBRAE e o Estado no âmbito municipal.

A Lei 10.778 é uma política pública interessante de se analisar nesse contexto. Esta lei intitulada de “Lei Municipal das Micro e Pequenas Empresas”, estabelece um “tratamento diferenciado e favorecido às micro-empresas”. Nesse sentido, a lei revela o papel do Estado em incentivar esta nova modalidade, ou seja, em proporcionar uma ampla abertura de micro empreendimentos na região. Observamos na Lei, a estratégia de se proporcionar um ambiente favorável à abertura destas pequenas empresas, pois, como vimos se relaciona com as transnacionais. Dessa forma, questionamos novamente, o que está por trás da estratégia capitalista com o incentivo para a abertura de micro empresas numa cadeia produtiva?

A política pública de organização da sociedade civil intitulada de “Terceiro Setor”, tem por objetivo, a mobilização de indivíduos de diversos segmentos da sociedade para o bem comum. O bem comum, de acordo com os protagonistas desta iniciativa, constitui-se como uma ferramenta da iniciativa privada da sociedade civil, no enriquecimento do cotidiano, na formulação e implementação de políticas públicas, numa forma de governança atuando junto ao poder público.

O “Terceiro Setor” local consiste basicamente de organizações do setor público e privado, denominado pelo “Fórum Desenvolve Londrina”, que deseja uma sociedade “ativa e articulada”, livre de obstáculos para a iniciativa privada. O estudo pretendido pelo Fórum Desenvolve Londrina, é fazer um retrato do terceiro setor em Londrina, analisando a quantidade em pesquisa para se obter uma governança participativa.

De acordo com o estudo, foram elencadas onze causas enfrentadas pelo terceiro setor como um problema. Algumas delas são sobre a participação da sociedade, educação empreendedora, comunicação, capacitação e gestão, avaliação e controle, legislação, poder público, cooperativismo/associativismo, dentre outras. Uma das causas relacionadas ao terceiro setor que representa um problema para o desenvolvimento social é com relação à legislação.

A análise sobre a legislação trabalhista pelos membros do “Fórum Desenvolve Londrina” é de que as leis trabalhistas não cooperam para o desenvolvimento empreendedor, desestimulando, por exemplo, o cooperativismo no trabalho. Ou seja, o que está se pretendendo, de acordo com este estudo, é que os trabalhadores cooperem ainda mais com o desenvolvimento empreendedor, como se já não bastasse, a “cooperação” forçadamente cedida pelas mudanças ocasionadas nas condições de trabalho, em meio a crescente desregulamentação da legislação trabalhista.

As empresas buscam com esta política pública, estimular a gestão da iniciativa privada, envolvendo a cooperação do trabalhador no desenvolvimento da empresa. A colaboração do trabalhador deve se realizar, na relação contratual entre trabalhador-empresa, isto é, por contratos flexíveis de trabalho. No Brasil, a flexibilização do trabalho, de acordo com Krein (2007), pode ser das seguintes formas “terceirização, sub-contratação, pessoa jurídica (PJ), cooperativa, sócio,

parceria, consórcio de empregados, autônomo, contratação por prazo determinado, estágio, contrato parcial, contrato de experiência, contrato por obra certa, contrato de safra, empreitada, contrato temporário, moto-boy, caminhoneiro autônomo, integrado, trabalhador avulso, trabalho em domicílio, tele-trabalho, consultoria, feijonismo, free lance”. (2007, p. 107).

Apesar das grandes diferenças que houve (e ainda há) entre os principais países capitalistas, nesse aspecto, o modelo americano e inglês, com eixo na desregulamentação e na “flexibilização” dos contratos de trabalho, vem ganhando terreno regularmente. Cada passo dado na introdução da automatização contemporânea, baseada nos microprocessadores, foi uma oportunidade para destruir as formas anteriores de relações contratuais, e também os meios inventados pelos operários, com base em técnicas de produção estabilizadas, para resistir à exploração no local de trabalho. (CHESNAIS, 1996, p. 35).

Há, portanto, uma característica contemporânea bastante comum no mercado de trabalho, norteadas pela flexibilização dos contratos de trabalho. Simplesmente, começam a aparecer inúmeras formas de contratos de trabalho. O “Fórum Desenvolve Londrina”, uma política pública de organização da sociedade civil, analisa as leis trabalhistas como um empecilho ao desenvolvimento empreendedor. As soluções encontradas pelo “Fórum Desenvolve Londrina” na questão da legislação, tem como central, a proposta de flexibilizar os processos licitatórios de forma a viabilizar a participação de empreendimentos do terceiro setor, e ainda, fazer mudanças na legislação trabalhista brasileira, relativas às cooperativas de trabalho, dentre outras medidas.

Ou seja, a ideia dos representantes da classe empresária organizada e articulada por meio do “Fórum Desenvolve Londrina” é preparar o território, sob o discurso do desenvolvimento local e do micro-empreendedorismo, para assim, extrair mais-valia e explorar o trabalhador, alocados no setor de serviços da cidade, segmento bastante significativo proporcionalmente.

Outra política pública pertinente a esta pesquisa, na forma de lei municipal, é a Lei 10.994 de setembro de 2010. Esta lei cria o Programa ISS Tecnológico, que beneficia as empresas prestadoras de serviços, que realizarem investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico em Londrina. A lei prevê a concessão de descontos no pagamento do imposto municipal a estas pequenas empresas, com recolhimento tributário regular.

O projeto será submetido a uma comissão avaliadora composta por representantes de instituições público-privadas e deverá ser revertido para o aumento da força de trabalho e incentivar as pequenas empresas. Não é possível ter a certeza de que com esta política pública aumentará a quantidade de emprego no setor. De acordo com o artigo 6ª, o micro empresário poderá escolher sobre a destinação da verba na aquisição de equipamentos, capacitação de recursos humanos, serviços de consultoria, aquisição de *softwares* ou infra-estrutura física.

Os representantes de segmentos econômicos se articulam com o legislativo e o executivo do município de Londrina, com vistas a trazer vantagens para suas empresas, sob o discurso do desenvolvimento local. Observa-se, por exemplo, a lei n.º 11.117 de janeiro que institui o programa municipal de parcerias público-privadas que percebe uma maior participação da iniciativa privada nas atividades de interesse público.

Os objetivos da lei 11.117 são:

Art. 3º O Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas para o Município de Londrina tem os seguintes objetivos: I - fomentar a colaboração entre a Administração Pública Municipal direta, fundos especiais, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município, e a iniciativa privada, visando à realização de atividades de interesse público mútuo; II - estimular formas de delegação à iniciativa privada da gestão das atividades de interesse público e incrementar o financiamento privado de investimentos em atividades de interesse público mútuo; III - incentivar a Administração Pública Municipal a adotar instrumentos eficientes de gestão das políticas públicas, visando à concretização do bem-estar dos munícipes e à efetivação dos seus demais objetivos fundamentais; IV - eficiência na execução das políticas públicas e no emprego dos recursos públicos; V - incentivar e apoiar iniciativas privadas no município de Londrina, que visem à ampliação de mercados, geração de empregos, eliminação das desigualdades sociais, distribuição de renda e ao equilíbrio sustentável; VI - participação popular, mediante consulta pública; e VII - adequar a prestação de serviços públicos no Município. (Lei municipal 11.117/2011).

Esta lei municipal tem o interesse em fomentar a colaboração entre instituições públicas, privadas e de economia mista visando que estas entidades realizem as atividades de interesse público. Percebe-se que há uma tendência na política municipal em estimular formas de atribuir a gestão de atividades de interesse

público à iniciativa privada. A lei pretende incentivar e apoiar as iniciativas privadas que visem à ampliação de mercados e geração de empregos. Embora o discurso da geração de emprego para a localidade seja uma das determinantes, deve-se atentar para as formas de exploração do trabalho presentes nestes novos empregos.

Os projetos com fins de parcerias público-privadas devem ser elaborados e submetidos para aprovação de um conselho deliberativo, que é formado pelos secretários da prefeitura de Londrina.

A Lei n.º 10.237 de junho de 2007, abre crédito adicional suplementar para a Secretaria de Planejamento do município de apoio à Ciência e Tecnologia de Londrina, no valor de 177 mil reais. Este dinheiro que é para atender a Política de Ciência e Tecnologia do município, tem por objetivo conceder auxílios para projetos de iniciação técnico-científica, teses, monografias, dissertações, pesquisas, realização de eventos técnicos e para instalação e manutenção de incubadoras empresariais tecnológicas.

Na lei 10.270 de julho de 2007, por sua vez, autoriza o Instituto de Desenvolvimento de Londrina a assumir o aluguel de uma empresa de *call center* para outra empresa de Tecnologia da Informação. Ou seja, o dinheiro público aprovado em lei é utilizado para pagar aluguel de uma empresa particular. Como foi feito esta negociação? Quais os benefícios prometidos que estão por trás desta negociação?

Em linhas gerais, percebemos que a tendência do governo municipal da cidade de Londrina, tem sido de dar apoio a essas empresas mediadas pelas políticas públicas de desenvolvimento e de incentivo ao emprego. Enfim, podemos perceber com a pesquisa, que as formas de flexibilização do mercado de trabalho tem sido fortemente amparadas pelas públicas aventadas pelo Estado, em articulação com o setor privado.



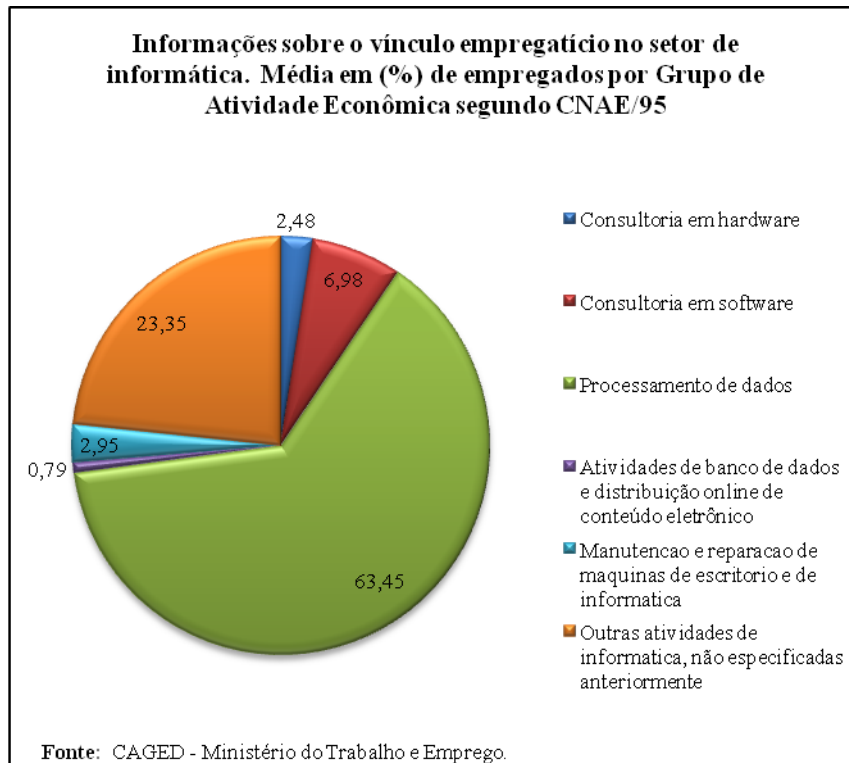
### **3.2 – Um retrato preliminar a partir dos dados coletados sobre o setor de TI: as empresas e os trabalhadores**

A partir dos dados preliminarmente levantados no primeiro capítulo sobre os trabalhadores e os estabelecimentos do setor de informática e de serviços, pretende-se, neste momento, aprofundar um pouco mais as análises sobre os dados do setor de informática do município de Londrina.

De acordo com os dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego, podemos identificar em que atividades econômicas os trabalhadores do setor de informática estão alocados. Por um lado, observam-se os profissionais especialistas que desenvolvem seus trabalhos nas áreas de pesquisa e desenvolvimento que recebem, em sua minoria, uma remuneração relativamente maior. Por outro lado, a maior concentração de força de trabalho empregada de acordo com a atividade econômica no setor de informática, se concentra em processamento de dados (63,45%) do contingente de força de trabalho, cuja remuneração média é mais baixa.

No gráfico 2, podemos compreender a distribuição dos trabalhadores do setor de informática, a partir da separação por atividade econômica. Os trabalhadores classificados como processamento de dados são a maioria do setor, seguido por trabalhadores inseridos em outras atividades de informática. Os trabalhadores que desenvolvem consultoria em *software* ou *hardware*, que são mais especialistas, são minoria no setor, correspondendo juntos a (9,46%) dos trabalhadores.

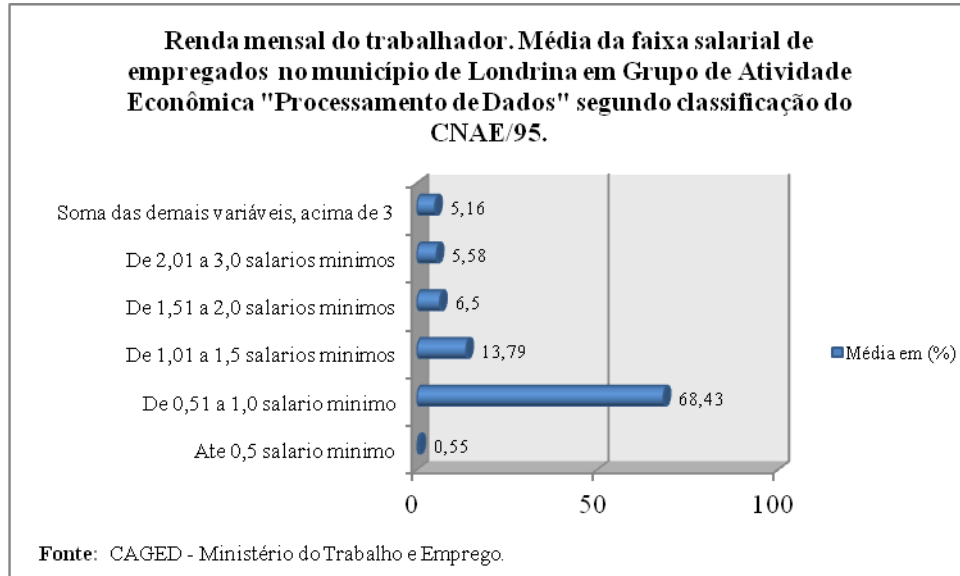
Gráfico 2: Informações sobre o vínculo empregatício do trabalhador do setor de informática do município de Londrina.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. (2011).

Em relação a remuneração média salarial de empregados em processamento de dados no município de Londrina, de acordo com o (CAGED/MTE), a distribuição do rendimento dos trabalhadores, conforme mostra o gráfico 3 (abaixo), são o seguinte: recebem de 0,51 a 1,0 salário mínimo, (68,43%); de 1,01 a 1,5 salários mínimos, (13,79%); de 1,51 a 2,0 salários mínimos, (6,5%); de 2,01 a 3,0 salários mínimos, (5,58%); a soma das demais variáveis, acima de 3,0 salários mínimos, (5,16); e até 0,5 salário mínimo, (0,55%).

Gráfico 3: Informações sobre o rendimento salarial do trabalhador do setor de informática do município de Londrina, inserido na atividade econômica “processamento de dados”.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. (2011).

É possível afirmar que os trabalhadores que recebem até 1,0 salário mínimo, (68,98%) representam a grande maioria do pessoal empregado no setor de informática, ou seja, são os trabalhadores inseridos na atividade processamento de dados. O custo com a força de trabalho local do setor de serviços tem se mostrado atrativo para as empresas que pretendem se instalar na região. A força de trabalho local é oferecida pela Prefeitura Municipal, conforme vimos nos Cadernos Setoriais, analisados no capítulo 1.

Por um lado, mediante contato com algumas empresas, constatamos que há uma quantidade considerável de trabalhadores que possuem uma relação flexível de contrato de trabalho. Atenta-se ao fato de que esta condição de trabalho não é possível ser mensurada pelo *site* do Ministério do Trabalho, como por exemplo, as pessoas jurídicas (PJ) vinculadas às empresas.

Por outro lado, assim como vimos nos dados do Ministério do Trabalho, percebemos a quantidade elevada de trabalhadores encontrados na atividade de processamento de dados presentes no mercado de trabalho do município de Londrina, conforme o Cadastro Geral (CAGED). Verificamos na pesquisa, mediante contato com as empresas, que os trabalhadores de atividade de processamento de dados, são os profissionais de contabilidade. Mas é no mínimo curioso, por que o setor de informática contempla tantos trabalhadores em processamento de dados na

classificação de atividade econômica, ou melhor, concentra a esmagadora maioria dos empregados.

Analisamos em nossa pesquisa que, boa parcela dos trabalhadores do setor de informática classificados em atividades de processamento de dados, tem seus rendimentos na categoria de 0,51 a 1,0 salário mínimo. Como nos mostram as políticas públicas por meio dos Cadernos Setoriais que oferecem uma força de trabalho relativamente barata, percebemos que há um achatamento por baixo da faixa salarial na remuneração média dos trabalhadores do setor de informática. Ou seja, realmente se percebe que o custo para as grandes empresas multinacionais e transnacionais que se instalam na região, bastante apoiado pelas políticas públicas municipais, é relativamente baixo e compensador ao capitalista, uma vez que a força de trabalho empregada se torna um *locus* de acumulação.

Estamos mapeando para constatar (possivelmente na pesquisa do mestrado) se estes trabalhadores de processamento de dados são, ou corresponde a uma parte, dos profissionais inseridos nos escritórios de contabilidade.

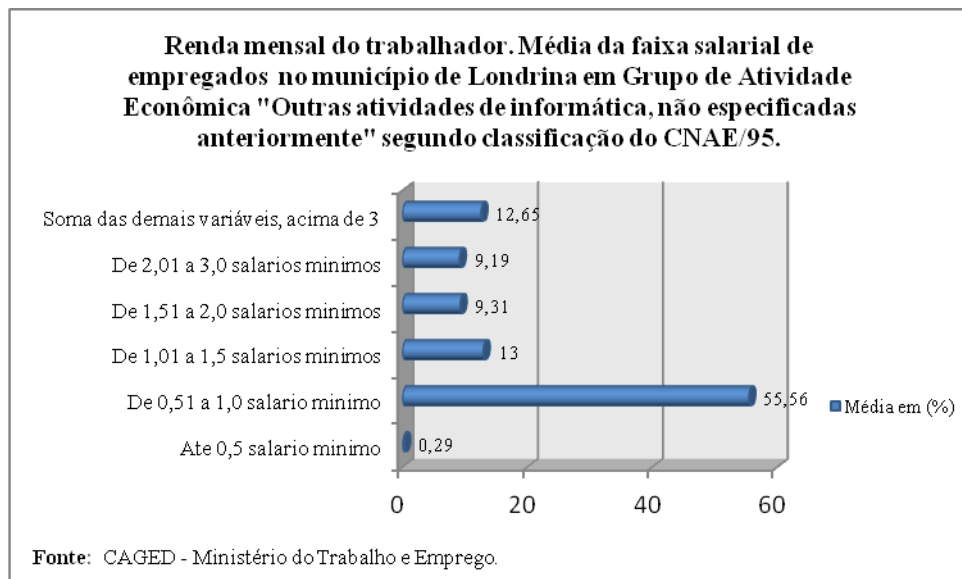
Devemos também apresentar na pesquisa, os trabalhadores que possuem uma remuneração mais elevada na cadeia produtiva, ou seja, aqueles profissionais com remunerações de 2,01 a 3,0 e acima de 3,0 salários mínimos representam (21,84%) dos trabalhadores empregados no setor de informática, conforme o Ministério do Trabalho. Esses dados nos mostram aspectos interessantes de se destacar. Há uma quantidade significativa de profissionais que possuem rendimentos mais elevados, isto é, cerca de um quinto da força de trabalho empregada. Trata-se, em sua maioria, de profissionais, cuja atividade se relaciona a pesquisa e desenvolvimento, como observamos na pesquisa. São aqueles trabalhadores centrais como nos mostra Harvey (1992), ou seja, aqueles que percebem direitos e garantias trabalhistas conquistadas historicamente pela classe trabalhadora.

No mesmo sentido os trabalhadores inseridos em “outras atividades de informática, não especificadas anteriormente” segundo classificação do CNAE/95 demonstram características semelhantes, no âmbito de remuneração, ao dos trabalhadores classificados como processamento de dados, conforme o gráfico 4 (abaixo). Como vimos, esses trabalhadores representam (23,35%) do setor de

informática, de acordo com o Ministério do Trabalho. A distribuição da remuneração média entre esses profissionais acompanham a mesma tendência, ou seja, mais da metade (55,85%) recebem até 1,0 salário mínimo.

Se pensarmos na distribuição de renda dos trabalhadores empregados do setor de informática, pode-se constatar que os trabalhadores de “processamento de dados” e “outras atividades de informática, não especificadas anteriormente” representam juntos (86,8%) do total de trabalhadores do setor de informática. Desses, 8.437 (58%) recebem até 1,0 salário mínimo. Há, portanto, um nivelamento por baixo da faixa salarial no referido mercado de trabalho. Ou seja, constatamos a partir da dinâmica das mudanças contemporâneas observadas no setor de TI, que pode ser um parâmetro para se compreender os impactos no mercado de trabalho presentes na atual conjuntura capitalista.

Gráfico 4: Informações sobre o rendimento salarial do trabalhador do setor de informática do município de Londrina, inserido na atividade econômica “outras atividades de informática não especificadas anteriormente”.



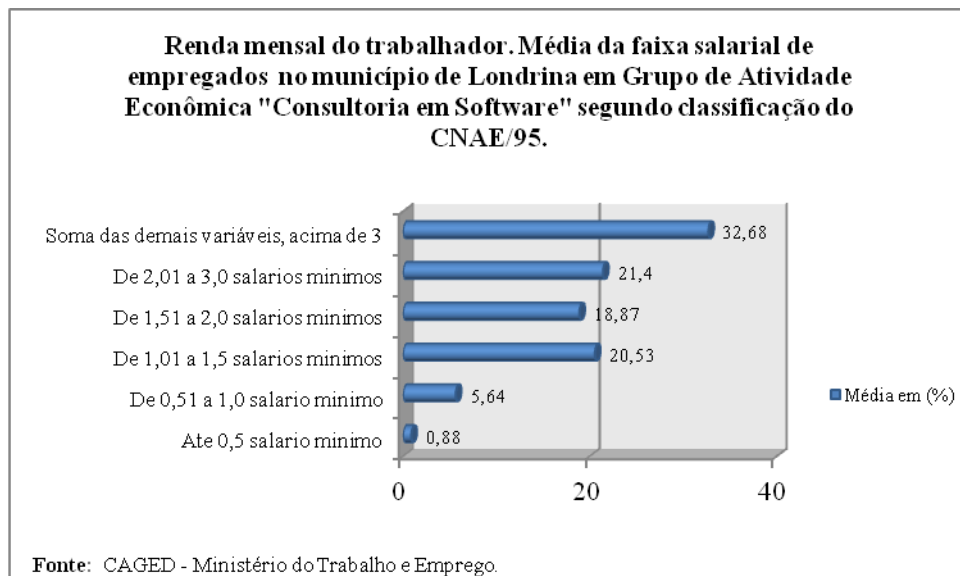
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. (2011).

O rendimento médio mensal dos trabalhadores do setor de informática classificados nesta atividade, compreende em sua maioria, empregados que recebem até 1,0 salário mínimo. Entretanto, numa proporção maior do que a dos trabalhadores de processamento de dados encontra-se os demais trabalhadores distribuídos em outras variáveis acima de 1,0 salário mínimo, ou seja, de 1,0 a 1,51 salários mínimos, (13%); de 1,51 a 2,0 salários mínimos, (9,31%); de 2,01 a 3,0

salários mínimos, (9,19%); a soma das demais variáveis, acima de 3,0 salários mínimos, (12,65%); e até 0,5 salário mínimo, (0,29%). Entretanto, nesta atividade econômica, percebemos que (21,84%) dos trabalhadores recebem mais de 2,0 salários mínimos.

Já os trabalhadores inseridos em “consultoria em *software*”, observamos outras características. Na contramão desta tendência de nivelamento salarial por baixo, existem aqueles trabalhadores que recebem maiores salários no setor de informática. Entretanto, vimos que é uma minoria, ou seja, (6,98%) do total de trabalhadores empregados. No gráfico 5 (abaixo), segundo o CAGED/MTE os trabalhadores classificados como atividade econômica de “consultoria em *software*” tem a média salarial mais elevada. Desses trabalhadores, a maioria recebe acima de 3,0 salários mínimos, (32,68%); seguido por trabalhadores que recebem de 2,01 a 3,0 salários mínimos, (21,4%); os que recebem de 1,01 a 1,5 salários mínimos, são (20,53%); de 1,51 a 2,0 salários mínimos, representam (18,87%); já os que recebem de 0,51 a 1,0 salário mínimo, são apenas (5,64%); e os que recebem até 0,5 salário mínimo, são (0,88%).

Gráfico 5: Informações sobre o rendimento salarial do trabalhador do setor de informática do município de Londrina, inserido na atividade econômica “consultoria em *software*”.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. (2011).

Esses dados, no geral, servem para nos mostrar apenas algumas características do mercado de trabalho de Londrina. Ou seja, é necessário refletirmos mais sobre as mudanças que vem ocorrendo em tela, assim como, fazer

um aprofundamento maior na análise quantitativa, a partir dos dados, e também qualitativa, na tentativa de compreensão de todos os elementos que compõem a relação capital e trabalho.

A tabela 3 (abaixo) nos mostra características sobre a faixa etária da força de trabalho empregada no setor de informática. Notamos que em todas as atividades econômicas do setor de informática do município de Londrina, a maioria dos trabalhadores se encontra na faixa etária de 18 a 24 anos, ou seja, uma variação nas faixas de (40%) e (50%) dos empregados do setor. No total, esta faixa etária corresponde a (55,45%) dos empregados.

Tabela 3: Informações sobre a faixa etária dos trabalhadores do setor de informática do município de Londrina, por setor de atividade econômica.

Grupo de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95	Ate 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 64 anos	65 ou mais	Ignorado	Total
Consultoria em <i>hardware</i>	2,74%	40,27%	29,04%	17,81%	6,03%	3,56%	0,00%	0,55%	100,00%
Consultoria em <i>software</i>	3,40%	44,26%	26,65%	17,61%	6,42%	1,36%	0,00%	0,29%	100,00%
Processamento de dados	9,89%	56,60%	15,16%	12,53%	4,55%	1,20%	0,01%	0,05%	100,00%
Atividades de banco de dados e distr online de conteúdo eletrônico	2,59%	43,10%	28,45%	16,38%	6,90%	2,59%	0,00%	0,00%	100,00%
Manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática	4,61%	54,15%	21,66%	15,44%	2,30%	1,84%	0,00%	0,00%	100,00%
Outras atividades de informática, não especificadas anteriormente.	9,16%	57,85%	15,62%	11,95%	4,13%	1,16%	0,06%	0,06%	100,00%
<b>Total</b>	<b>8,88%</b>	<b>55,45%</b>	<b>16,71%</b>	<b>13,00%</b>	<b>4,57%</b>	<b>1,29%</b>	<b>0,02%</b>	<b>0,08%</b>	<b>100,00%</b>

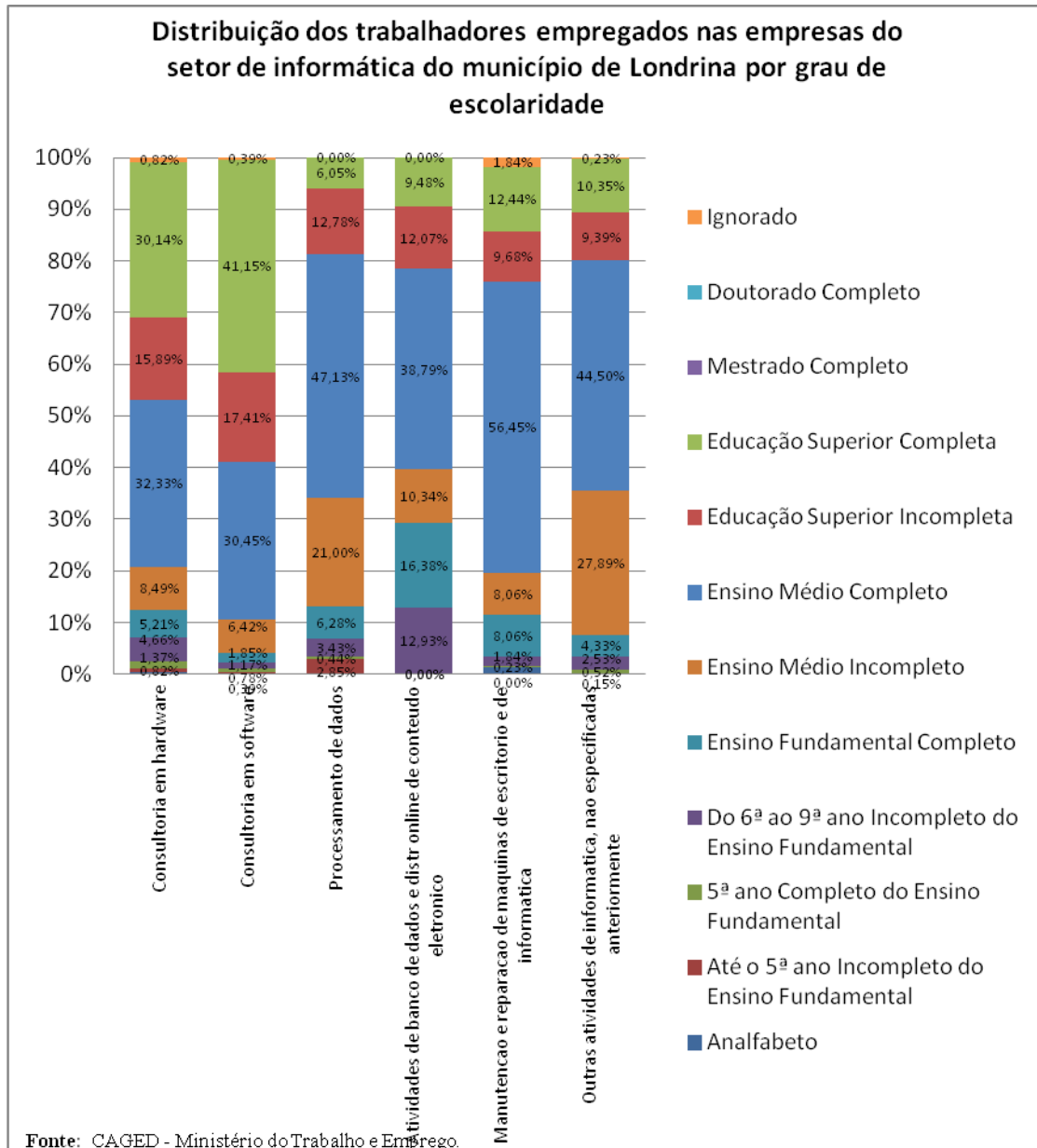
Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração: GENTT. (2011).

Com isso, observamos que há uma expressiva quantidade de pessoas novas e jovens empregadas no setor de informática, ou seja, (81,04%) do total de trabalhadores, tem até 29 anos, conforme podemos observar nos dados do Cadastro Geral (CAGED). Há também, outra característica interessante observada no mercado de trabalho, em que cerca de um décimo da força de trabalho empregada, se encontra na faixa etária de até 17 anos, ou seja, são menores de idade. Este fenômeno pode estar relacionado ao fato de haver um incentivo de ingresso em cursos técnicos ofertados ao jovem do ensino médio.

No gráfico 6 (abaixo), podemos analisar o grau de escolaridade dos trabalhadores empregados em empresas do setor de informática. São características singulares observadas em cada atividade econômica do setor de

informática, segundo os dados do Cadastro Geral (CAGED) disponibilizados no MTE.

Gráfico 6: Informações sobre a escolaridade do trabalhador do setor de informática do município de Londrina, por setor de atividade econômica.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. (2011).

Observamos nos trabalhadores inseridos em “Consultoria em *hardware*” e “Consultoria em *software*”, aqueles setores, cujos rendimentos são mais abastados, uma quantidade considerável de trabalhadores com educação superior completa, como destacados em verde nas duas primeiras colunas, respectivamente, (30,14%) e (41,15%) dos empregados. Se analisarmos nessas mesmas atividades, a quantidade de profissionais com escolaridade mínima de ensino médio completo, ou



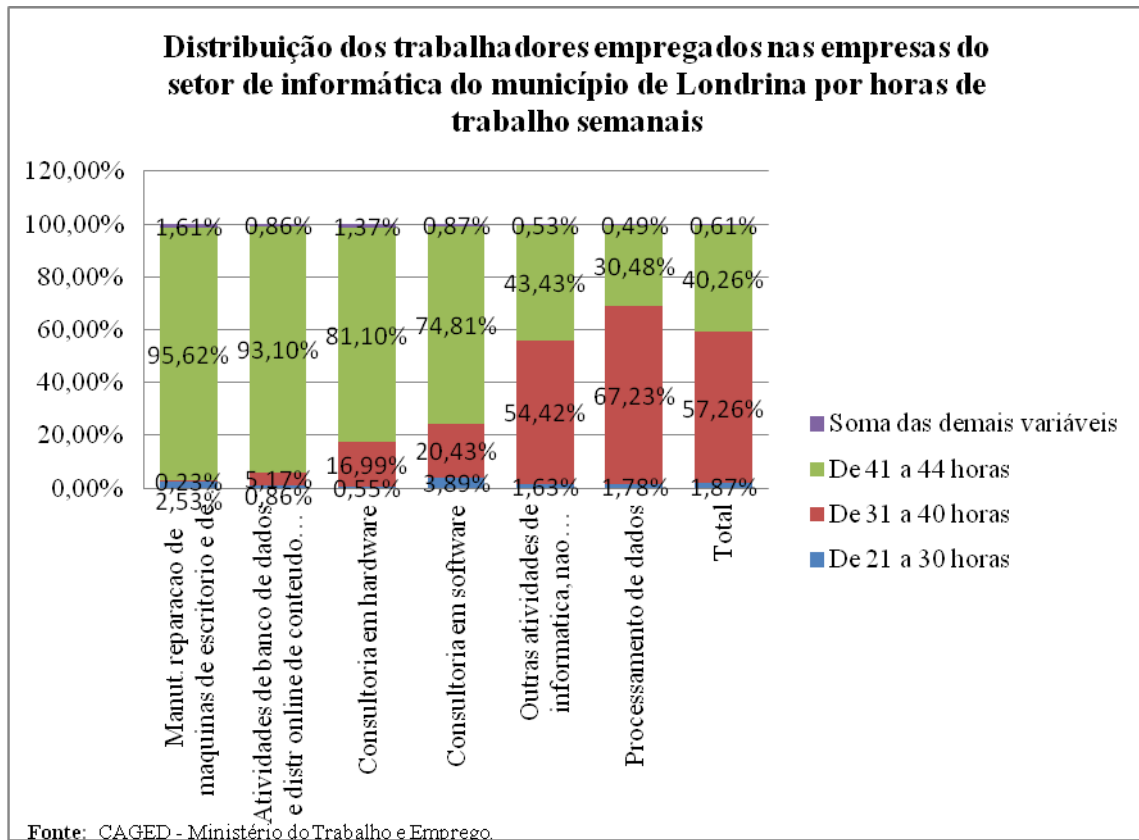
seja, representado pelas cores azul, verde, vermelho e laranja, corresponde a (79,18%) e (89,4%), em “Consultoria em *hardware*” e “Consultoria em *software*”, respectivamente.

Nas demais colunas, se observa a predominância de trabalhadores com ensino médio completo, sendo representados pela cor azul. Na atividade de “Processamento de dados” os trabalhadores com ensino médio completo são (47,13%) da força de trabalho empregada. A quantidade de profissionais nesta atividade econômica com escolaridade máxima em ensino médio incompleto, representado pela cor laranja e as cores de baixo, correspondem a (34%) da força de trabalho empregada. Destacamos também a quantidade expressiva de trabalhadores com ensino médio incompleto, inseridos em “Outras atividades de informática”, representado por (27,89%).

Há, portanto, uma consonância observada nos dados do Ministério do Trabalho com os Cadernos Setoriais disseminados pela Companhia de Desenvolvimento Londrina, em que se oferece uma força de trabalho com baixa qualificação. A força de trabalho, em sua maioria, se concentra nas faixas de ensino médio completo. Isso pode demonstrar ainda, que há uma grande rotatividade da força de trabalho, visto a preponderância de contratos temporários, o que denota uma clara instabilidade dos empregos nesse setor.

No gráfico 7 (abaixo) podemos analisar informações referentes à quantidade de horas de trabalho semanais dos profissionais do setor de informática. No geral, se destaca o conjunto de variáveis de 41 a 44 horas semanais, de 31 a 40 horas semanais e de 21 a 30 horas semanais, que abarcam juntas a 99,39% dos trabalhadores empregados do setor de informática em Londrina. Ou seja, os dados nos mostram uma quantidade acentuada de trabalho semanal realizada pela força de trabalho empregada, representada pela cor verde. Essas características podem demonstrar a intensificação do trabalho presente no setor, sobretudo realizada em períodos de picos de demanda.

Gráfico 7: Informações sobre a quantidade de horas de trabalho semanais, por peso em (%) dos trabalhadores do setor de informática no município de Londrina.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. (2011).

Constatamos que a quantidade de horas trabalhadas pelos empregados do setor de informática, na faixa de 41 a 44 horas, ocorre em boa parte da cadeia produtiva, ou seja, segundo informações sobre o contingente de pessoal empregado nesta faixa de hora, corresponde ao seguinte: consultoria em *software* (74,81%), consultoria em *hardware* (81,10%), atividades de banco de dados e distribuição *on line* de conteúdo eletrônico (93,10%) e manutenção e reparação em máquinas de escritório (95,62%). Em processamento de dados observamos que (67,23%) do pessoal trabalha de 31 a 40 horas e (30,48%) trabalha de 41 a 44 horas semanais.

Quando o Cadastro Geral nos mostra informações sobre as admissões e desligamentos relacionados ao setor de informática, está implícita, uma nítida rotatividade da força de trabalho empregada. Isso dificulta a estabilização do trabalhador no mercado de trabalho. Ou seja, conforme a tabela 4 (abaixo) é possível diagnosticar uma média de desligamentos de (45,09%), segundo o Ministério do Trabalho e Emprego.

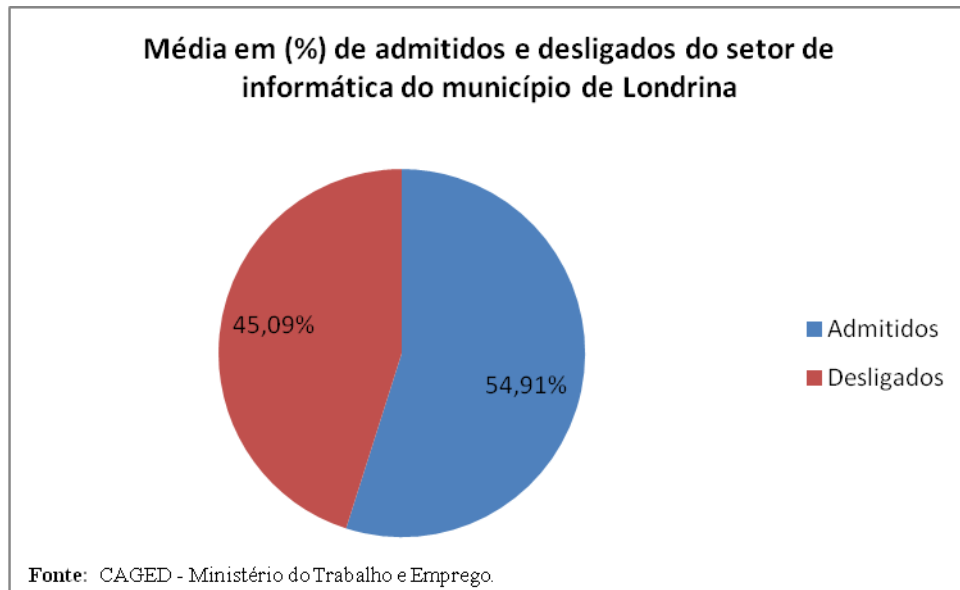
Tabela 4: Informações sobre a rotatividade, por peso em (%) dos trabalhadores do setor de informática no município de Londrina.

<b>Grupo de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 (223 categorias)</b>	<b>Admitidos</b>	<b>Desligados</b>	<b>Total</b>
Consultoria em <i>hardware</i>	56,14%	43,86%	100,00%
Consultoria em <i>software</i>	50,17%	49,83%	100,00%
Processamento de dados	55,58%	44,42%	100,00%
Atividades de banco de dados e distribuição online de conteúdo eletrônico	61,54%	38,46%	100,00%
Manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática	50,00%	50,00%	100,00%
Outras atividades de informática, não especificadas anteriormente.	56,04%	43,96%	100,00%
<b>Total</b>	<b>54,91%</b>	<b>45,09%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração: GENTT. (2011).

De forma simples podemos constatar esta elevada rotatividade percebida no setor de informática, pela média de admitidos e desligados como nos mostra o gráfico 8 (abaixo). Ao passo que ocorre elevados índices de admissão do referido setor, sobretudo demonstrados pelo aumento do número de empregos, há, simultaneamente, um expressivo índice sobre os desligamentos auferidos no mercado de trabalho.

Gráfico 8: Informações sobre a rotatividade dos trabalhadores do setor de informática no município de Londrina.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. (2011).

Passamos agora a analisar um pouco, as características relacionadas aos empreendimentos e empresas do setor de informática. Os gráficos a seguir, representam dados e informações referentes ao estabelecimento e sua atividade econômica do setor de informática. Como analisamos no Relatório Anual de Informações Sociais vinculadas ao Ministério do Trabalho e Emprego, mapeamos as atividades das empresas deste setor econômico compreendidas por: atividades do serviço de tecnologia da informação; tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas; e outras atividades de prestação de serviços de informação. Tal como observado no primeiro capítulo, os dados da (RAIS) de 2006, representam o total de 217 empresas; em 2007, 207; em 2008, eram 184; e em 2009, reduziu para 166.

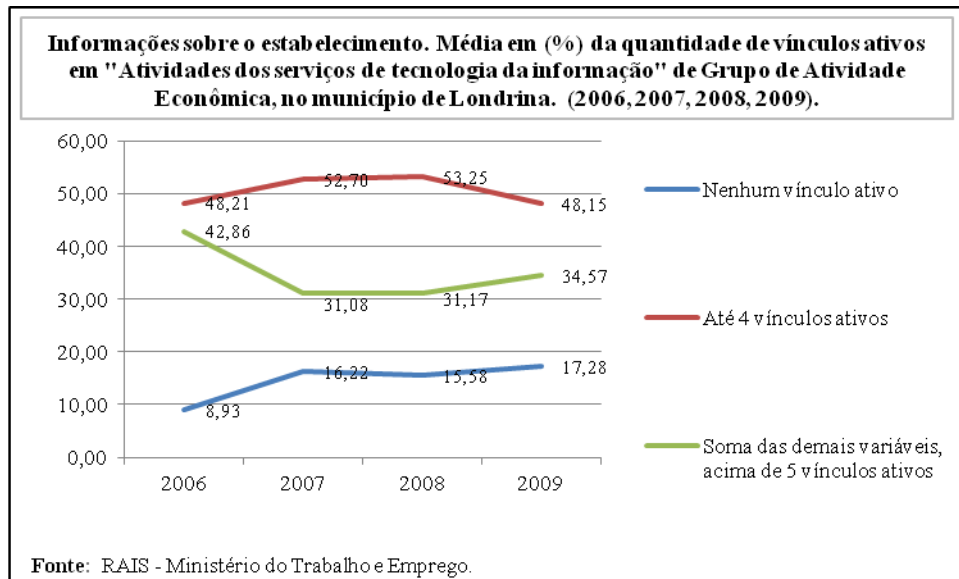
Em linhas gerais, o que salta aos olhos nos três gráficos abaixo sobre o estabelecimento, é a grande quantidade de micro e pequenas empresas existentes no setor de informática, representado pelas linhas vermelha e azul e parte da linha verde. As empresas são classificadas<sup>18</sup> pela quantidade de empregados com vínculos ativos e de acordo com a atividade econômica no setor de informática, de acordo com o Relatório anual do Ministério do Trabalho e Emprego. Os

<sup>18</sup> De acordo com o SEBRAE, as empresas das atividades de serviços/comércio são classificadas como: microempresa, quando possui até 09 empregados; pequena empresa, até 49 empregados; média empresa, de 50 a 99 empregados; e grande empresa, acima de 99 empregados.

agrupamentos das variáveis foi proposital para mostrar a quantidade de empresas com nenhum vínculo ativo e destacar a predominância de micro empresas com até 4 vínculos ativos.

No gráfico 9, podemos analisar as informações referentes aos estabelecimentos pela quantidade de vínculos, inseridos em “atividades dos serviços de tecnologia da informação” tendo como referência os anos de 2006 a 2009, observamos algumas características importantes. No ano de 2006, das 56 empresas existentes nesta atividade, as microempresas representavam (82,14%) das empresas, (16,79%) eram pequenas empresas, e apenas (1,79%) classificadas em médias empresas. No ano de 2007, dos 74 estabelecimentos, as micro empresas são (83,74%), as pequenas empresas representavam (14,86%), e apenas (1,35%) das empresas classificadas como médias. Das 77 empresas cadastradas em 2008, (81,82%) são micro, (15,58%) são pequenas empresas, (1,30%) são média, e (1,30%) são grandes empresas. E no ano de 2009, as empresas se classificam em micro empresas (76,54%), pequenas empresas (19,75%), médias empresas (2,47%), e grandes empresas (1,23%) do total. Ou seja, no segmento “atividades dos serviços de tecnologia da informação”, há uma absoluta maioria de micro empresas no decorrer dos anos, entre 76% e 83% do total de empresas. Observamos também uma quantidade, em perspectiva crescente de estabelecimentos com nenhum vínculo ativo, que foi de 8,93% em 2006 para 17,28% em 2009.

Gráfico 9: Informações sobre os estabelecimentos do grupo “atividades dos serviços de tecnologia da informação” do setor de informática no município de Londrina.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. (2011).

Deve-se, portanto, questionar se as mudanças ocasionadas na cadeia produtiva, afeta o trabalhador, no sentido de gerar perdas de direitos mediante as novas modalidades de relações trabalhistas. Não conseguiremos, obviamente, responder todos estes os questionamentos levantados no decorrer do trabalho. Entretanto, as mudanças ocasionadas (e em curso) no mercado de trabalho, de um modo geral, apontam no sentido da degradação do trabalho humano, mediante o aumento progressivo da flexibilização da relação trabalhista, marcado por novas relações de trabalho<sup>19</sup> presentes na atual conjuntura, sendo incentivado, sobretudo pelas políticas públicas do Estado<sup>20</sup>, o que vem a acarretar em perdas de direitos trabalhistas conquistados historicamente pela classe trabalhadora<sup>21</sup>, bem como na precarização do trabalho.

Constatamos pelos dados, que as empresas de “atividades de serviços de tecnologia da informação” manteve nos anos de 2006 a 2009, uma quantidade de micro empresas na cadeia produtiva, que variou de (48,15%) a (53,25%). Percebe-se também que depois de 2006 (42,86%), houve uma diminuição na quantidade proporcional das empresas inseridas nas variáveis acima de 5 vínculos ativos, ou

<sup>19</sup> Alguns exemplos para ilustrar são: sócio, parceria, trabalho autônomo, contratação por prazo determinado, estágio, contrato parcial, contrato de experiência, contrato temporário, dentre outros.

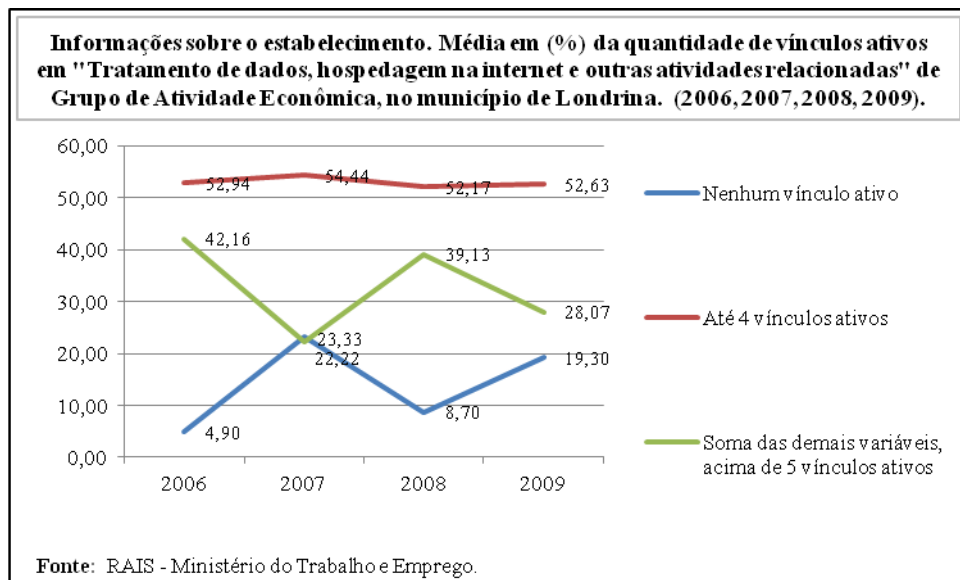
<sup>20</sup> Em outubro de 2011, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizou em Brasília, uma audiência pública para debater sobre a terceirização da força de trabalho no país.

<sup>21</sup> No caso brasileiro, os direitos trabalhistas garantidos pela CLT, por exemplo.

seja, nos três anos seguintes, a quantidade de empresas neste patamar se manteve entre (31,08%) e (34,57%). Ou seja, refazemos a nossa pergunta, o que está por trás da estratégia capitalista em sua reorganização da produção, incentivando o ingresso massivo de micro-empresendedores?

Nessa perspectiva, segundo o gráfico 10 (abaixo), podemos observar as empresas cuja atividade econômica está inserida no grupo de atividade “tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas” tendo como referência os mesmos anos. No ano de 2006, as empresas compreendiam o total de 102 empresas, destas (86,27%) micro empresas, e (13,73%) pequenas empresas. Em 2007, observam-se as mesmas características do ano anterior, ou seja, das 90 empresas, (90%) eram micro empresas e (10%) pequenas empresas. Em 2008, totalizam a quantidade de 69 empresas, destas (85,51%) micro, e (14,49%) pequenas. E em 2009, diminui ainda mais a quantidade de estabelecimentos, 57 no total. Houve uma concentração ainda maior em estabelecimentos denominados de micro empresas, isto é, (98,25%) micro, e apenas 1 (1,75%) pequena empresa.

Gráfico 10: Informações sobre os estabelecimentos do grupo “tratamento de dados, hospedagem da internet e outras atividades relacionadas” do setor de informática no município de Londrina.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

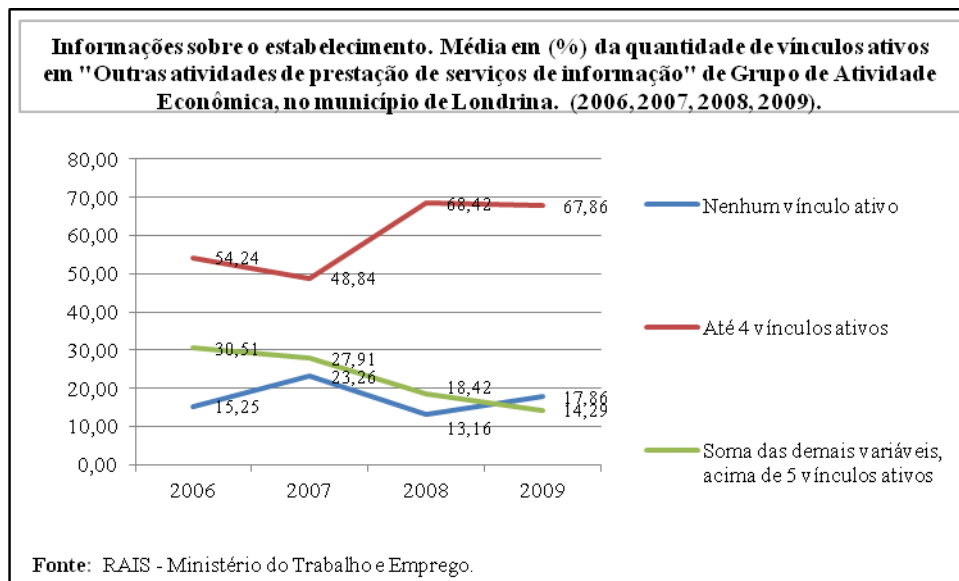
As empresas de “tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas” são também caracterizadas em micro e pequenas empresas, na maioria. Nos anos de 2006 a 2009 a quantidade de micro empresas

na cadeia produtiva com até 4 vínculos ativos, variou de (52,17%) a (54,44%). Destaca-se também para a variação de empresas com nenhum vínculo ativo, (4,90%) em 2006, subindo para (22,22%) em 2007, caindo para (8,70%) em 2008, e (19,30%) em 2009, voltando a aumentar essas empresas sem trabalhadores na cadeia produtiva. A oscilação também ocorreu com as empresas inseridas nas variáveis (soma) acima de 5 vínculos ativos, ou seja, (42,16%) em 2006, caindo para (23,33%) em 2007, subindo novamente para (39,13%) em 2008, e caindo para (28,07%) em 2009. Constatou-se que os estabelecimentos desta atividade econômica são micro e pequenas empresas.

Nessa perspectiva, observa-se a mesma tendência para empresas classificadas em “outras atividades de prestação de serviços da informação”. No gráfico 11, podemos observar informações sobre estes estabelecimentos nos anos de 2006 a 2009. No ano de 2006, tinha o total de 59 estabelecimentos, desses (94,92%) micro, (3,39%) pequenas, e 1 (1,69%) grande empresa. Em 2007, a quantidade de estabelecimentos diminuiu para 43, sendo (86,05%) micro, (6,98%) pequenas, (4,65%) médias, e (2,33%) grandes empresas. As empresas nesta classificação de atividade econômica continuavam a diminuir, e em 2008, totalizavam 38 empresas, destas, (89,47%) micro, (5,26%) pequenas, (2,63%) médias, e (2,63%) grandes empresas. Em 2009, eram apenas 28 estabelecimentos, sendo que dessas, (92,86%) micro, e (7,14%) pequenas empresas.



Gráfico 11: Informações sobre os estabelecimentos do grupo “outras atividades de prestação de serviços de informação” do setor de informática no município de Londrina.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

Nota-se que vem diminuindo na cadeia produtiva, a quantidade de empresas em “outras atividades de prestação de serviços de informação” nos últimos anos. Diminuiu a proporção de empresas inseridas nas variáveis acima de 5 vínculos ativos nos últimos anos, de (30,51%) em 2006 para (27,91%) em 2007, para (18,42%) em 2008, e para (14,29%) em 2009. Os estabelecimentos com nenhum vínculo ativo oscilaram entre os anos, (15,25%) em 2006, passando para (23,26%) em 2007, caindo para (13,16%) em 2008, e subindo um pouco para (17,86%) em 2009. Sobre as empresas com até 4 vínculos ativos, observa-se que nos anos de 2006 (54,24%) e 2007 (48,84%), a média se manteve semelhante ao das outras empresas classificadas em atividades diferentes do setor de informática analisadas acima. Entretanto, nota-se que aumentou ainda mais a proporção de estabelecimentos com até 4 vínculos ativos, ou seja, (68,42%) em 2008 e (67,86%) em 2009 eram micro empresas.

Contanto, percebemos que são formas de precarização de trabalho observadas na pesquisa que se inscrevem no mercado de trabalho de Londrina. Foi preciso analisar o setor de TI, ou seja, uma parcela do mercado de trabalho da cidade, na tentativa de se perceber as múltiplas formas de precarização trabalhista na contemporaneidade. Esta pesquisa, procurou apenas levantar alguns aspectos

pertinentes relativos à relação capital e trabalho manifestadas na atual conjuntura. E temos a consciência de que é preciso aprofundar nossas análises.

Enfim, de acordo com a nossa reflexão até aqui, em que tomamos como objeto empírico o setor de informática, na busca por compreender aspectos relacionados às mudanças provocadas no mercado de trabalho. Em suma, decorrentes destas novas configurações e disposições de relações de trabalho, percebemos que estão presentes, diversos aspectos onde constam a precarização do trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento de redes de empresas cada vez mais comuns no cenário capitalista mundial, representado pelas transnacionais, cujo monopólio político e econômico se reporta aos países desenvolvidos tem impactado diretamente sobre o trabalhador. As grandes corporações mundiais atuam no sentido de reorganizar as cadeias produtivas, de modo as tornarem mais vantajosas para a acumulação de capital. A promoção de nichos de desenvolvimento na sociedade, na perspectiva do local, se torna interessante na disseminação da ideologia burguesa e de valorização do capital. Sob o nosso entendimento, isso representa uma das formas de articulação com o capital internacional, como ocorre a partir das instalações de transnacionais concedidas e intermediadas pelo Estado.

A reestruturação produtiva marcada pela flexibilização do mercado de trabalho, acompanhadas pelo atual movimento de expansão capitalista, se reverberam por toda a sociedade, em que as relações de trabalho são mediadas pela desregulamentação de direitos trabalhistas, evidenciando assim, a perda de direitos do trabalhador e, por conseguinte, o aumento da informalidade e da precarização do trabalho.

O trabalho precarizado é compreendido a partir de uma crescente redução nos postos de trabalho em empresas centrais e a realocação de trabalhadores em contratos instáveis via terceirização, (PJ), cooperativas e/ou trabalho temporário e informal. Em suma, pode-se perceber que essas transformações são acompanhadas por uma redução dos direitos trabalhistas e, conseqüentemente pela precarização das relações de trabalho. Nota-se, portanto, que as atuais políticas públicas difundidas na sociedade e orientadas para o desenvolvimento local, visam, sobretudo, ao desenvolvimento do capital em detrimento de grande parte da população fixada nessas regiões.

As cadeias de produção redefinem os arranjos produtivos estabelecidos entre os diversos setores econômicos e localidades que atuam como uma forma de ampliar a acumulação do capital. A contra-face deste processo é a flexibilização da

legislação trabalhista, responsável pelo emprego precário, como por exemplo, por contratos informais, em tempo parcial, horário flexível, etc.

A partir da análise dos dados quantitativos da pesquisa empírica, constatou-se uma tendência de nivelamento da remuneração média dos trabalhadores empregados no setor de informática pelo piso mínimo da tabela salarial, com exceção de algumas atividades mais especializadas.

Observa-se também o aumento de subcontratações via informalidade e terceirizações nos elos da cadeia produtiva, caracterizadas por novas formas de relações de trabalho. Nestas circunstâncias, se observa a relação com a flexibilização dos contratos de trabalho e a desregulamentação das leis trabalhistas, ocasionando assim na redução de empregos centrais, bem como na precarização do trabalho presente nas suas “franjas”.

Como vimos, tem-se apostado no atual paradigma de desenvolvimento local, caracterizado pela articulação de empresas, sobretudo micro e pequenas, com o intuito de melhorar o processo organizacional e gerar maior capacidade lucrativa das transnacionais inseridas na cadeia produtiva. Embora o discurso oficial seja de que o aumento do micro-empendedorismo, trás melhoria na qualidade de vida no mercado de trabalho e de toda a população do seu entorno, devemos, entretanto, questionar, se o aumento dos pequenos empresários numa cadeia produtiva, significa necessariamente algo bom para sociedade. Além disso, favorece o capital por facultar processos de flexibilização e precarização do trabalho, representados pelo trabalho temporário e/ou informal ou ainda por novas diversas formas de trabalho, bem como o aumento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de uma empresa.

Os dados revelaram que até o momento, os arranjos produtivos locais estão definidos pelas cadeias dos diversos setores nas localidades em que atuam. O Arranjo Produtivo Local de tecnologia da informação (APL de TI), encabeçado por empresas articuladas, com vistas a fortalecer o setor de tecnologia, se organiza no sentido de pensar estratégias para atrair políticas públicas que beneficie a cadeia produtiva como um todo. Essas empresas, sobretudo as micro e pequenas, atuam como elemento chave para as transnacionais na cadeia produtiva dos países emergentes.

A guisa de conclusão, constatamos que a organização da produção em Arranjos Produtivos Locais resulta em uma série de impactos ocasionados na cadeia produtiva e nos processos de trabalho. Há uma série de investidas do capital expressas em diversos lugares do Brasil, cujo interesse maior é a acumulação de capital. Dessa forma, o gasto com a força de trabalho, é uma área da produção que exige uma preocupação dos investidores. O discurso oficial promovido pelo município dá aos investidores, o status de protagonistas do desenvolvimento da cidade.

Em suma, faz-se importante alertar e trazer para o debate da ordem do dia, sobre os impactos ocasionados nas condições de trabalho dos trabalhadores do setor serviços de informática no APL de TI, inseridas no mercado de trabalho de Londrina. Enfim, deve-se destacar que o que pode estar perpetuando formas de melhoria no processo produtivo, mediante a flexibilização do mercado de trabalho no topo de suas cadeias produtivas, pode estar se tornando formas precárias de exploração da força de trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gionvanni; WOLFF, Simone. Capitalismo global e o advento das empresas-rede: contradições do capital na quarta idade da máquina. **Cadernos do CRH (UFBA)**, v. 20, p. 515-528, 2008.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento Local. In: HESPANHA, Pedro (et. al.) **Dicionário Internacional da outra economia**. Edições Almedina, SA, 2009, p. 108-113.

ANGELI, K. F.; PEIROTTO, A. J.; CAMARA, M. R. G. A Tecnologia da Informação como condutora de inovação em aglomerações produtivas. In:\_\_\_\_\_. **Características e potencialidades das aglomerações de software no Paraná**. Londrina, 2009.

APL de TI. **Reunião da governança**. Londrina, 2012. Disponível em <[http://www.aptilondrina.com.br/uploads/atas/ata\\_48.pdf](http://www.aptilondrina.com.br/uploads/atas/ata_48.pdf)>. Acesso em maio de 2012.

BALTAR, Ronaldo; WOLFF, Simone. Trabalho decente e cadeias produtivas: uma análise da implementação de programas estaduais para promoção da agenda trabalho decente no Brasil. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Rio de Janeiro, 2009.

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: **Em defesa do interesse nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BERNARDO, João. Capítulo 2: Integração econômica mundial e ilusões nacionalistas. In: \_\_\_\_\_. **Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores**: ainda há lugar para os Sindicatos? São Paulo, Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Democracia Totalitária – Teoria e Prática da Empresa Soberana**. São Paulo: Cortez, 2005.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BRAGUETO, C. R.; CUNHA, F. C. A. A Divisão Territorial do Trabalho e o Processo de Industrialização da Microrregião Geográfica de Londrina. **Revista do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina**, v. 11, p. 31-43, 2005.

BRASIL. Lei n.º 6.019, de 03 de janeiro de 1974. Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, e dá outras providências. **Presidência da República – Casa Civil**. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6019.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6019.htm)>. Acesso em julho de 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2009a. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/caged/default.asp>>. Acesso em abril de 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual De Informações Sociais - RAIS**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2009b. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>>. Acesso em abril de 2011.

CASTILLO, Juan José. Las fábricas de software en España. Organización y división del trabajo: el trabajo fluido em la sociedad de la información. In: **Política & Sociedade**, Revista de Sociologia Política, Florianópolis-SC, v. 7, n. 3, p. 35-108, outubro de 2008. (Tradução livre).

\_\_\_\_\_. O trabalho do conhecimento na sociedade da informação: a análise dos programadores de software. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. Boitempo Editorial, 2009, p. 15-36.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo, Boitempo, 2008.

DALL'ACQUA, Clarisse T. B. **Competitividade e Participação**: Cadeias Produtivas e a definição dos espaços econômicos, global e local. São Paulo: Annablume, 2003.

FUINI, L. L. A nova dimensão da competitividade: territorialização e arranjos produtivos locais (APL). **Caminhos da Geografia**, v. 9, n. 25, p. 148-157, mar. 2008.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo**: na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

HARVEY, David. Parte II: As transformações político-econômicas do capitalismo no final do século XX. In: \_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

IBGE. **Banco de dados agregados**. LONDRINA, 2011. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=3&i=P>>. Acesso em maio de 2011.

KREIN, José Dari. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. 2007. Tese (Doutorado em Economia Social e do trabalho) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LINHART, Daniele. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

LONDRINA. Lei n.º 10.237. Lei municipal de 05 de junho de 2007. Autoriza o Executivo abrir, em uma ou mais vezes, crédito adicional suplementar da quantia até R\$177.000,00 na Secretaria Municipal de Planejamento / Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do município de Londrina – FACITEL. **Executivo Municipal**. Londrina, jul. 2007.

LONDRINA. Lei municipal n.º 10.270, de 17 de julho de 2007. Autoriza a CODEL a assumir o ônus do aluguel do imóvel comercial a ser sublocado pela ASK CIA Nacional de Call Center à LINT – Londrina Tecnologia da Informação Ltda., para implantação das atividades da empresa, aplicando no disposto parágrafo único do artigo 1º, combinando com o artigo 41 da Lei nº 5669, de dezembro de 1993, e dá outras providências. **Executivo Municipal**. Londrina, jul. 2007.

LONDRINA. Lei municipal n.º 10.778, de 08 de outubro de 2009. Cria tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte de que tratam as Leis Complementares n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e 128, de 19 de dezembro de 2008, e dá outras providências. **Executivo Municipal**. Londrina, out. 2009.

LONDRINA. Lei municipal n.º 10.994, de 15 de setembro de 2010. Dispõe sobre a criação do Programa ISS Tecnológico, que institui benefícios fiscais para as empresas prestadoras de serviços que realizarem investimentos para pesquisa e desenvolvimento tecnológico no Município de Londrina, e dá outras providências. **Jornal Oficial do Município de Londrina**, Londrina, n.º 1374, p. 1, 17 set. 2010.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Instituto de Desenvolvimento de Londrina – Codel. **Caderno setorial**: indústria de Londrina. Disponível em: <<http://www.codel.londrina.pr.gov.br/geral/geralcadernos.asp>>. Acesso em julho de 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (livro I, vol. I, tomo 1).

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (livro I, vol. I, tomo 2).

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV. 2001.

SEBRAE. **O que é um APL?** 2011. Disponível em <<http://www.mundosebrae.com.br/2009/09/o-que-e-um-apl/>>. Acesso em maio de 2012.

SILVER, Beverly. **Forças do Trabalho**: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento Local, Concertação Social e Governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 132-139, jan-mar. 2005.

TAVARES, Maria da Conceição. O dissenso de Washington. In: **Em defesa do interesse nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

WOLFF, Simone. **Informatização do trabalho e reificação**: uma análise à luz dos Programas de Qualidade Total. Campinas: Editora da Unicamp; Londrina: EDUEL, 2005.

\_\_\_\_\_. O “trabalho informacional” e a reificação da informação sob os novos paradigmas organizacionais. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. Boitempo Editorial, 2009, p. 89-112.

WOLFF, S.; SILVA, C. X.; FERREIRA, L. A. S. Precarização e Flexibilização do Trabalho e Políticas Públicas de Desenvolvimento no Estado do Paraná: um retrato empírico. In: **VII Seminário do Trabalho da RET**, 2010, Marília, SP.